



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 019

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>019ª SESSÃO ORDINÁRIA .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente.....</b>	<b>03</b>
Indicações .....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	14
<b>Horário do Pequeno Expediente .....</b>	<b>22</b>
Dep. Elton Carlos Welter .....	22
Dep. José Domingos Scarpellini ....	23
Dep. Tadeu Veneri.....	24
Dep. Barbosa Neto .....	27
Dep. Jocelito Canto .....	28
Dep. Geraldo Cartário .....	28
<b>Horário do Grande Expediente.....</b>	<b>31</b>
Dep. Neivo Beraldin .....	31
<b>Horário das Lideranças .....</b>	<b>35</b>
Liderança do PFL: Dep. Plauto	
Miró Guimarães .....	35
Liderança do PT: Dep. Tadeu	
Veneri .....	25
Liderança do PP: Dep. Geraldo	
Cartário .....	28
<b>Ordem do Dia .....</b>	<b>35</b>
Leitura do Expediente .....	35
Discussão/Votação .....	36
2ª Discussão .....	36
1ª Discussão .....	36
Discussão Única .....	41
Requerimentos .....	42
<b>Explicações Pessoais .....</b>	<b>43</b>
Dep. José Domingos Scarpellini ....	43
<b>Ordem do dia da próxima Sessão .....</b>	<b>43</b>

**019ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
30 DE MARÇO DE 2005**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

***Presenças:***

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ailton Araújo, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro e Renato Gaúcho (07). Achando-se em viagem oficial os seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Ademir Bier e José Maria Ferreira (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Indicações*****INDICAÇÃO Nº 007/2005**

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, se dirige a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - Que seja pavimentado o trecho que liga a sede do Município de Cantagalo ao futuro terminal de calcário no Distrito de Cavaco passando pelo entroncamento da PR-364, com extensão total de trinta quilômetros, sendo que do Município de Cantagalo até o entroncamento é de 22 quilômetros e do entroncamento da PR-364 até o terminal de calcário do Distrito do Cavaco é de oito quilômetros.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção de calcário da região acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que ligará o Município ao futuro terminal de calcário, beneficiando os Municípios de Cantagalo, Marquinhos e Goioxim.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, com a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de trinta quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

**INDICAÇÃO Nº 008/2005**

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, se dirige a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - Que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga os Municípios de Pinhão e Candói, via cooperativa agrária e águas de Santa Clara, com extensão de quinze quilômetros.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Tal pedido é fundamentado pelo Requerimento nº 030/2005 de 07/03/2005 do Poder Legislativo de Pinhão, aprovado por unanimidade de votos, requerendo a ligação asfáltica entre os Municípios de Pinhão e Candói, de autoria da Vereadora Jocelita do Rossio Dellê.

Ademais o grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta uma desgase muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar os Municípios de Pinhão e Candói.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de quinze quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

***Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 613**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 110/2005, que insere parágrafo único ao artigo 3º, da Lei promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363 de 28 de abril de 2004 - ICMS, por 05 (cinco) Sessões, item 05 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) TADEU VENERI

**REQUERIMENTO Nº 606**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do

dia 31 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER aprovação deste Plenário para seu afastamento nos dias 08 e 09 de abril do corrente ano, por motivo de viagem à Cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, como representante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para tratar de assunto junto ao Poder Legislativo do Rio Grande do Norte.

Na certeza de vosso atendimento, aproveitamos para renovar elevados votos de apreço.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 629

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que se digne autorizar viagem para Brasília, que se dará no período de 11 a 15 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos relativos à Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH

DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26 de abril de 2005 para que a Diretora Presidente do Centro Cultural Teatro Guaíra - Nitis Jacon - faça explanação sobre o Programa Paranização.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o uso do Grande expediente da Sessão Ordinária do dia 16 de maio - Dia Nacional de Luta Contra a Impunidade, para fazer uso da palavra a Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem Simone Peruzzo, tendo em vista os últimos acontecimentos que envolvem o Sistema COPEN/COREN's e as comemorações da Semana Brasileira de Enfermagem, comemorada de 12 a 20 de maio.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que o Grande Expediente da Sessão do dia 24 de maio, terça-feira, seja reservado para a realização da entrega do título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná, *Post Mortem*, ao advogado e ex-Prefeito do Município de Campo Mourão, Sr. Roberto Brzezinski, como também a concessão do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor José Pochapski e o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao empresário Dilmar Daleffe.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Em 1993 foi concedido ao advogado e ex-Prefeito de Campo Mourão Roberto Brzezinski, o título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná, *Post Mortem*.

No ano de 1995 também foi concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor José Pochapski e o título de Cidadão Honorário do Paraná ao empresário Dilmar Daleffe.

A população de Campo Mourão clama que esta cerimônia seja realizada, considerando que os títulos de benemerência não foram entregues até a presente data aos homenageados e familiares.

#### REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que este firma, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão de hoje, de efusivos cumprimentos ao Lyons Club de Marechal Cândido Rondon pela passagem do 41º ano de fundação, que transcorre no dia de hoje.

A importância e a validade da existência desse clube de serviço na cidade referida, refletem no tempo os seus salutareis propósitos, em especial na prática da filantropia, do altruísmo e do civismo, feita pelos seus membros de maneira ativa e honrosa, junto à comunidade.

Em mais de quatro décadas, esse clube de serviço naquele Município, tem uma esteira histórica feita por ações pujantes que vieram a proporcionar relevantes benefícios no âmbito do espaço de sua exemplar atuação.

E, por achar que as boas ações e grandes feitos devem ser reconhecidos e aplaudidos aqueles que os protagonizaram, é que se requer a presente homenagem; e, caso ela seja aprovada, solicita-se seja dado ciência da mesma ao atual Presidente do Lyons Clube de Marechal Cândido Rondon, Claiton Schlindwein, via correspondência a ser remetida à Rua Goiás, 290 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de pesar à família Udihara, pelo falecimento da Sra. Casuhe Yassuda Udihara, ocorrido no último dia 27, na cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia a Issao Yassuda Udihara, à Rua Bento Munhoz da Rocha, 543 - Parque Guanabara - CEP 86061-460 - Londrina / PR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A pioneira Casuhe Yassuda Udihara faleceu em Londrina, aos 88 anos, vítima de um infarto agudo do miocárdio. Casada com o médico Isao Udihara, falecido há treze anos, ela deixa quatro filhos. Moradora de Londrina desde 1945, Casuhe participou ativamente de ações filantrópicas e comunitárias do Município, tendo fundado junto com o marido, na década de 60, o Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais - ILECE. A pioneira também contribuiu para a fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Brasil, que aconteceu depois da consolidação do ILECE.

A Assembléia Legislativa, por intermédio desta Deputada, cumpre o dever de homenagear Casuhe Yassuda Udihara pela sua história e luta e associar-se à dor dos familiares, endereçando votos de profundo pesar e solidariedade.

## REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Casuhe Yassuda Udihara.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Reni Iaino de Cezaro, ocorrido em 22.03.2005, no Município de Coronel Vivida / PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: esposa Ivanir de Cezaro e aos filhos Patrick, Priscila e Patrícia, residentes em Coronel Vivida / PR, à Avenida Iguaçu, 433 - Coronel Vivida / PR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ADEMIR BIER

## REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Altair Pereira de Oliveira, conhecido como Pereirinha, Vereador no Município de Jardim Olinda, ocorrido no dia 28 de março do ano em transcurso.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Vera Oliveira, residente à Rua Vereador José Assunção, 334 - CEP 87690-000 - Jardim Olinda / PR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Altair Pereira de Oliveira faleceu aos 38 anos no dia 28 de março de 2005, casado com a Sra. Vera Oliveira, deixou dois filhos: Victor (5 anos) e Anderson (10 anos). O Sr. Altair foi servidor público municipal, participativa ativamente da comunidade, um dos líderes da Pastoral da Criança, Ministro da Eucaristia e coordenador de grupos de reflexões.

Seu passamento causou consternação à população, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Através deste requerimento, associamo-nos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

## REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edmundo Wisniewski, residente no Município de Antonina / PR.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 574

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amauri Bassani, na cidade de Califórnia - Paraná.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Przywitowski, pelo falecimento do Vereador Jorge Przywitowski, do PSDB, de São Mateus do Sul.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à Rua Barão do Rio Branco, 431 - Centro - CEP 83900-000, em São Mateus do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo XII Aniversário do Município de Pato Bragado, e pelo XVII Concurso Nacional do Cupim Assado, realizados neste mês de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Exma. Sra. Normilda Kochler, Prefeita Municipal de Pato Bragado; ao Exmo. Sr. Vereador Luiz Alberto Rosinski, Presidente da Câmara Municipal e ao Sr. Arnildo Rieger, Vice-Prefeito e Presidente da CCO.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à Sra. Felicitá Strapazzon Cattani, que no dia 27 de março próximo passado celebrou seu aniversário de noventa anos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Sra. Felicitá Strapazzon Cattani e família, no endereço: Rua Tamandaré, 729 - Bairro Santa Terezinha, CEP: 85.501-110 - Pato Branco-PR.

Nestes termos, pede deferimento

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com muita alegria que prestamos essa homenagem à Sra. Felicitá Strapazzon Cattani pela comemoração de seu aniversário de noventa anos.

A Sra. Felicitá nasceu no Rio Grande do Sul e mora em Pato Branco há mais de 38 anos. Foi casada com o Sr. Generoso Cattani, (já falecido) e dessa união de muito amor teve catorze filhos, 45 netos, 61 bisnetos, cinco tataranetos.

No dia 27 de março Sra. Felicitá celebrou a graça de mais um ano de vida comemorada com uma grandiosa festa ao lado de seus familiares, parentes e amigos.

Por esse motivo externamos nossos votos de muitas felicidades e que Deus continue a abençoá-la com essa grande força interior, sensibilidade e muita saúde ao lado dos que lhe são caros.

#### REQUERIMENTO Nº 575

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta colenda Casa de leis, um voto de congratulações à Mesa Diretora do Instituto de Engenharia do Paraná, gestão 2005 a 2007, cuja Diretoria tomou posse em 21 de fevereiro de 2005, ficando assim constituída: Presidente: Luiz Carlos Mehl; 1º Vice-Presidente: José Alfredo Brenner; 2º Vice-Presidente: Roberto Gregório da Silva Júnior; 1º Secretário: Cleber Humphreys; 2º Secretário: Ísis Ribas Busse; 1º Tesoureiro: Nelson Luiz Gomez; 2º Tesoureiro: Jaime Sunye Neto; e terço do Conselho Deliberativo: membros efetivos - Cássio José Ribas de Macedo, Ivano Abdo, Lindolfo Zimmer, Raul Munhoz Neto e Shido Ogura; suplentes: Luiz Dernizo Caron e Sérgio Scheer.

À nova diretoria nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Léo Gappmayer Júnior e Maria Balbina Magalhães Gappmayer, que completou 25 anos de união conjugal, no dia 1º de março do corrente, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo

intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Curitiba, Exmo. Sr. Beto Richa, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Exmo. Sr. João Cláudio Derosso, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração dos 312 anos do Município de Curitiba.

O Município de Curitiba elegeu como tema para essa comemoração a solidariedade, chamando a atenção da população e do empresariado para adotar ações que presenteiem Curitiba.

Curitiba merece essa atenção de todos, pois, aos 312 anos conta com 1,6 milhão de habitantes. Somente a participação dos poderes públicos, da iniciativa privada e da população em geral poderá oferecer melhor qualidade de vida aos que aqui nasceram e aos que escolheram aqui morar.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do Município de Telêmaco Borba, através de seu Prefeito Eros Danilo Araújo, pela passagem no dia 21 de março passado, do aniversário de Emancipação Política do Município.

Requer ainda, que se de ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Praça Dr. Horário Klabin, 37, CEP: 84261-170, Telêmaco Borba-PR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do Município de Reserva, através de seu Prefeito Frederico Bittencourt Hornung, pela passagem no dia 26 de março passado, do aniversário de Emancipação Política do Município.

Requer ainda, que se de ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Av. Cel. Rogério Borba, 746, CEP: 84320-000, Reserva-PR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do Município de Tibagi, através de seu Prefeito Sinval Ferreira da Silva, pela passagem no dia 18 de março passado, do aniversário de Emancipação Política do Município.

Requer ainda, que se de ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Praça Edmundo Mercer, 34, CEP: 84300-000, Tibagi-PR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 628

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de votos de congratulações à modelo paranaense Grazielli Massaferam, pela conduta ética e moral durante o programa "Big Brother Brasil, da rede Globo de Televisão, realizado no período de 10 de janeiro a 29 de março do corrente ano, levando o nome de Jacarezinho e do Estado positivamente para todo o País.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Kauande Capoeira "Projeto Educando com Arte", pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à "Associação de Moradores Nossa Senhora de Fátima", pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à “M.A.B. Empreendimentos Imobiliários Ltda.” na pessoa do Sr. Marcelo Bertoli, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes e amigos.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de apoio à “greve” dos Servidores Públicos Municipais de Londrina.

Requer ainda, que seja dada ciência deste ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina, Marcelo Urbaneja, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Sertaneja, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Sertaneja, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de São Sebastião da Amoreira, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de São Sebastião da Amoreira, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada

vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de São João do Triunfo, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de São João do Triunfo, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Santa Mariana, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Santa Mariana, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Sapopema, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Sapopema, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questio-



nando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Assaí, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Assaí, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Agudos do Sul, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Agudos do Sul, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Alvorada do Sul, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Alvorada do Sul, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem ques-

tionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Califórnia, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Califórnia, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Fazenda Rio Grande, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Fazenda Rio Grande, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Mandirituba, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Mandirituba, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem ques-

nando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Nossa Senhora das Graças, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Nossa Senhora das Graças, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Nova Santa Bárbara, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Nova Santa Bárbara, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Nova Fátima, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Nova Fátima, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questio-

nando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Porecatu, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Porecatu, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que determine a construção de casas populares no Município de Rio Negro, conforme proposição já protocolada junto à COHAPAR.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

As casas populares são uma antiga reivindicação da população de Rio Negro, sendo que este Deputado desde a administração municipal passada vem questionando junto ao Governo do Estado no sentido de viabilizar a construção dessas moradias que irão dar impulso na qualidade de vida de centenas de cidadãos e cidadãs do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual de Saúde a doar uma ambulância ao Município de Nova Santa Bárbara.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Nova Santa Bárbara está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para

atender a demanda no setor de saúde da região. Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização a Secretaria Estadual de Saúde para doar uma ambulância ao Município.

#### REQUERIMENTO Nº 532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual de Saúde a doar uma ambulância ao Município de Lupionópolis.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Lupionópolis está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual de Saúde para doar uma ambulância ao Município.

#### REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião que autorize a Secretaria Estadual de Saúde a doar uma ambulância ao Município de Lupionópolis.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Lupionópolis está necessitando urgentemente de uma ambulância para suprir a necessidade de locomoção emergencial de enfermos, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender a demanda no setor de saúde da região.

Como Deputado da região solicito ao Governador Roberto Requião que seja dada autorização à Secretaria Estadual de Saúde para doar uma ambulância ao Município.

#### REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando agilidade no encaminhamento da mensagem de reestruturação salarial, conforme segue documento em anexo.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente Chefe da Casa Civil, Exmo Sr. Caíto Quintana, solicitando que o mesmo receba a Comissão de Representantes do SINDPOL - Sindicato dos Policiais Cíveis de Londrina e Região - antes do dia 26 de abril, a fim de ouvir as reivindicações que buscam evitar a iminência de paralisação da categoria.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à Concessionária VIA-PAR pedido de colocação de passarelas na Avenida Minas Gerais, de Apucarana, bem como a construção de trincheiras, no trecho localizado em frente ao Supermercado Condor e a colocação de placas de sinalização ao longo da rodovia.

Requer ainda, que seja instalada passarela na Avenida Governador Roberto da Silveira, com a finalidade de evitar riscos de morte para transeuntes.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Por se tratar de via rápida e de movimento intenso e que cruza a cidade de Apucarana, necessita, sim, de colocação de passarelas nos pontos supra citados, Avenida Minas Gerais e Avenida Roberto da Silveira, bem como merece melhor sinalização, pois a pista vem se transformando em perigo constante para os pedestres, que não contam com as passarelas, e acabam fazendo perigosas travessias em todo o percurso, onde sequer existem placas de sinalização, seja para travessia de pedestres.

#### REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à Concessionária VIA-PAR pedido de colocação de placas de sinalização de velocidade máxima e alerta de neblina no trecho entre Apucarana e Arapongas, que não existe em todo o trajeto.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Por se tratar de via rápida e de movimento a rodovia, sob responsabilidade da Concessionária VIAPAR, entre as cidades de Apucarana e Arapongas onde não existe sequer uma placa que determine a velocidade

máxima permitida no trecho, bem como alerta de neblina, que é constante em Aricanduva, Distrito localizado entre as duas cidades. É responsabilidade da Concessionária a colocação das placas de sinalização.

Daí o nosso pedido.

#### REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado à Concessionária RODONORTE pedido de colocação de passarelas no perímetro urbano de Apucarana, no trecho de responsabilidade da empresa, bem como a construção de um trevo nas imediações de acesso à Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana FECCEA.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O trecho considerado de perímetro urbano, de responsabilidade da Concessionária RODONORTE, possui várias passagens perigosas, que colocam em risco a vida dos transeuntes e que merecem a colocação de passarelas para melhoria da qualidade do serviço.

Assim como, a construção do trevo de acesso à Faculdade é de extrema importância, pois trata-se de local de muito movimento, com a entrada e saída constante de veículos, de alunos e professores que torna o trânsito, em horários de pique, um verdadeiro caos e de risco iminente de acidentes.

#### REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação solicitando estudos que possibilitem a viabilização de edições em Braille do material didático para educação básica. Lembremos que para o Ensino Médio, o Governo do Estado adquiriu recentemente material didático por meio de licitação pública. Para o Ensino Fundamental e Médio, corpo técnico da Secretaria de Educação está empenhado em processo de elaboração de um material didático próprio.

A Assembléia Legislativa, neste sentido, estará somando esforços para a efetiva inclusão dos alunos com limitação parcial ou completa da visão nas escolas públicas do Paraná como enfatizam as políticas educacionais dos Governos Federal e Estadual. Bem como, a elaboração deste material poderá ser utilizado também pelas escolas especializadas que atuam com crianças com limitação total ou parcial da visão.

A inclusão das crianças com necessidades especiais na rede regular de educação é uma construção com um longo caminho pela frente; dar-se-á com mudanças culturais, com esforços da comunidade educacional e com a oferta de materiais e condições de estudos para

essas crianças, e é neste ponto que a nossa proposição visa contribuir.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 580

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Direção do Museu Paranaense cumprimentando-a, assim como a seus funcionários, pela organização da exposição “Os alemães: raízes do Paraná”.

A exposição conta com mostra de fotos, objetos e documentos sobre a imigração alemã no Paraná; com uma homenagem a Lange de Morretes e com a exposição “Arte alemã do recorte com tesoura” (Malu Scheleder). Simultaneamente, também acontece a mostra “História e sedução: peças íntimas do começo do século XX”. Essa exposição é representativa, tanto pela importância da imigração alemã em nossa cultura, quanto por demonstrar a capacidade e o potencial do Museu Paranaense, relevante instrumento das políticas culturais do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que se faz importante cumprimentar o Museu Paranaense, tanto a direção quanto o seu quadro funcional, por essa exposição. Em primeiro lugar, pelo resgate de uma das vertentes mais importantes da formação de nossa cultura. Em segundo, por mostrar a capacidade, a competência e a potencialidade do Museu Paranaense como instrumento de política pública na área da cultura.

#### REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência providências no sentido de que seja intensificado o policiamento na Vila Prado, Jardim Alvorada e região, nesta Capital, através do Programa POVO da Polícia Militar.

Requer ainda que seja dado ciência ao Sr. Angelo Narcizo de Muzio Neto, Associação Beneficente Ebenezzer, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lothario Boutin, 111, ap. 22 - Bl. 05 - Bairro Pinheirinho - CEP 80110-430 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado à Ministra do Meio Ambiente - NMA, Exma. Sra. Marina Silva, solicitando da mesma estudos no sentido de celebrar convênio com o Município de Maringá para revitalização do Parque do Ingá e mais sete unidades de conservação ambiental situadas no Município de Maringá/PR, a exemplo do convênio celebrado com o Município de Londrina, transferindo recursos da União para esse fim.

Há estudos de planejamento para adequação das oito unidades de conservação de matas no Município de Maringá, promovidos na Prefeitura daquela municipalidade. Contudo, há dificuldade de encontrar meios financeiros de realizar as obras essenciais para a conservação do meio ambiente.

Existem áreas degradadas pela erosão que precisam ser recuperadas em caráter de urgência.

A cobertura florestal no Município de Maringá é mínima e está localizada predominantemente nas oito unidades de conservação existentes. O Parque mais conhecido e símbolo para a cidade, Parque do Ingá, vem, há muitos anos, carecendo de atenção especial.

Isto posto, pede-se a atenção do Ministério do Meio Ambiente no intuito da liberação de recursos financeiros para a revitalização das áreas de conservação maringenses.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi e ao Superintendente da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Eduardo Requião, o encaminhamento de cópia do edital de licitação para a dragagem do Porto de Paranaguá e de todo o respectivo processo licitatório que resultou na contratação da Dragagem Bandeirantes; cópia do contrato e suas alterações posteriores, com os respectivos termos aditivos.

Informar se houve suspensão do contrato ou rescisão do mesmo, quais os motivos e, se houve composição posterior.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e BARBOSA NETO.

#### REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Londrina, Exmo. Sr. Nédson Micheletti, solicitando abertura de um canal de negociação entre a Prefeitura de Londrina e o SINDSERV - Sindicato dos

Servidores Públicos Municipais de Londrina - a fim de colocar término à paralisação dos servidores, que já perdura por 24 dias, completados hoje.

Requer ainda, que seja dada ciência deste ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina, Sr. Marcelo Urbaneja, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja intensificado o policiamento ostensivo nas saídas de todas as escolas públicas e privadas em todo o Estado do Paraná.

O objetivo é coibir a ação de marginais na saída dos nossos colégios no intuito de praticarem delitos contra nossas crianças, por exemplo, evitar que seja oferecido drogas e bebidas alcoólicas, e não sejam praticados roubos de objetos como celulares, tênis, relógios e outros itens.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 577

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Afonso Pena, sito no Município de São José dos Pinhais, que solicitam policiamento ostensivo nesse colégio. Ocorre que uma "gangue de sete meninas" vem aterrorizando, com frequência, os alunos do colégio. Dias atrás, uma das alunas foi espancada, deixando seus pais muito apreensivos.

Pedimos urgência no atendimento do presente, objetivando inibir a ação da gangue e proporcionar maior segurança no local.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 578

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima, sito no Bairro do Tarumã, que solicitam policiamento ostensivo nesse colégio. Ocorre que os alunos vêm sendo assaltados diariamente, perdendo seus tênis, bonés e telefones celulares.

Pedimos urgência no atendimento do presente, objetivando inibir a ação dos assaltantes e proporcionar maior segurança no local.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado do Paraná e à Procuradoria Geral do Estado, através de seu Procurador-Geral, informe a este Poder Legislativo, todas as irregularidades que lhe foram comunicadas pelos Procuradores do respectivo quadro, relativas às atividades da Administração Pública e, também, quais as providências por ele determinadas no sentido de apurá-las, encaminhando cópia dos respectivos despachos e pareceres.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO e VALDIR ROSSONI.

### Projetos de Lei

#### PROJETO DE LEI Nº 130/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na malha rodoviária estadual a estrada que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa passar à malha rodoviária estadual o trecho de estrada que liga a sede urbana do Município de Bom Sucesso do Sul à PR-566, no trecho entre Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão.

A estrada mencionada nada mais é do que uma continuação da PR-918, a qual termina justamente na sede do Município de Bom Sucesso do Sul. Totaliza 18,10 quilômetros, dos quais 10,3 são de pavimentação poliédrica (pedra irregular), restando 7,8 quilômetros de chão batido. Frise-se que na divisa entre Bom Sucesso do Sul com Francisco Beltrão há uma ponte com 63 metros de extensão que transpõe o Rio Santana, conforme croqui em anexo.

A transferência da estrada para a égide do Estado implicará melhora em suas condições de tráfego, facilitando o transporte coletivo entre as comunidades pelas quais passa. A linha Pato Branco - Francisco Beltrão poderá ser feita através de Bom Sucesso do Sul com a redução de 15 quilômetros da distância que separa os dois pólos regionais. Isso porque o deslocamento entre as duas cidades quando feito por Itapejara d'Oeste tem a distância de 63 quilômetros. Quando realizado por Marmeleiro, Renascença e Vitorino, a distância é de 62 quilômetros. Todavia, quando realizado por Bom Sucesso do Sul, a distância é de 48 quilômetros.

Trata-se de região essencialmente agrícola, extremamente dependente da estrada mencionada, a qual facilita muito o escoamento da produção. É sabido que, em razão da mecanização das propriedades, diversas pessoas perderam seus empregos, sendo que a atração de novos investimentos para a região certamente implicará geração de novos empregos, reduzindo o problema apontado.

A estrada em questão é de suma importância para a região Sudoeste do Estado e, principalmente, para o Município de Bom Sucesso do Sul, eis que passa por 06 (seis) comunidades, a saber: Santo Expedito, Sagrada Família, Mundo Novo, Rancho Alegre, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, São Roque e o Distrito de Jacaré. Ademais, facilita o acesso ao principal ponto turístico do Município de Bom Sucesso do Sul, a Gruta Nossa Senhora de Lourdes.

Ressalte-se que há no Município diversos estudantes que, por freqüentarem terceiro grau ou ensino técnico disponibilizados pelo Município de Francisco Beltrão, dependem de locomoção até este. Facilitando-se a locomoção, possibilitar-se-á a um maior número de cidadãos o acesso à qualificação, os quais poderão manter-se no Município e auxiliar no seu desenvolvimento, contrariando a atual situação que afasta seus cidadãos para os grandes centros, não mais retornando à região.

Enfim, a estadualização da estrada auxiliará o desenvolvimento econômico-social regional, além da geração de empregos - tendo em vista a melhor divulgação dos produtos da região - incrementando a renda dos cidadãos locais.

Sendo assim, invoca o apoio dos nobres Parlamentares para que o presente projeto de lei seja aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 131/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ADEFISTI - Associação dos Deficientes Físicos de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A ADEFISTI - Associação dos Deficientes Físicos de Santa Terezinha de Itaipu, é uma associação de direito privado, filantrópica de Apostolado Leigo fundamentado no espírito evangélico e sem fins econômicos, políticos, partidários e ecumênico.

Tem por objetivo despertar na pessoa deficiente o valor pela vida, promover a integração do deficiente na família, na sociedade, através de formação profissionalizante, formar núcleos onde ocorram trocas de experiências a partir da realidade vivida pessoa a pessoa, formar lideranças para poderem atuar na comunidade.

Com esta finalidade, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação do projeto que ora apresentamos, conforme documentação anexa.

PROJETO DE LEI Nº 132/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Alvorada de Campo Mourão/PR, com sede e foro no Município de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Alvorada é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão/PR.

A associação foi criada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários, filantrópicos, de defesa do meio ambiente e do consumidor.

Suas finalidades específicas são:

1) identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores, para que estes adquiram condições de resolver seus problemas comuns, objetivando sua autonomia;

2) congregar todos os moradores do jardim, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de vida de todos.

A declaração de utilidade reforça a entidade em suas finalidades e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento de seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 133/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Amigos do Basquetebol Masculino de Toledo, com sede e foro na cidade de Toledo-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos do Basquetebol Masculino de Toledo, situada à Rua Nossa Senhora do Rocio, 1694, Centro, e foro no Município de Toledo-PR, fundada em 1º de dezembro de 2000, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo e princípios básicos, atender crianças carentes e de escolas públicas.

A instituição em epígrafe vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito, honestidade, ampla promoção humana e de solidariedade. É reconhecida como Utilidade Pública sob a Lei Municipal nº 16/2002, do Município de Toledo-PR.

Face às características e postura referida, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende aos critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 134/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Secretaria de Estado da Educação deverá disponibilizar em seus Núcleos Regionais de Ensino impressoras em Braille, com cotas de impressão gratuita para as escolas da rede Pública Estadual e inclusive as turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo Único - Deverá ser efetivada a regulamentação dos serviços com critérios de aceitação, forma de envio (inclusive por internet) quantidades de cópias, prazos para impressão e forma de reenvio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A inclusão escolar de crianças e jovens com limitação completa ou total da visão dependem de várias iniciativas. Uma, social, que se expressa na determinação das políticas públicas em âmbito federal e estadual neste sentido. A segunda, cultural, que vem sendo implementada a

partir da mobilização e debates em várias instâncias. A terceira, em âmbito pedagógico escolar, que também tem registrado avanços importantes. A quarta, no sentido da oferta de recursos materiais que permitam a efetivação desta política. É no âmbito desta última iniciativa que soma-se este projeto de lei.

Diversas atividades em sala de aula e assim materiais de estudos podem ser produzidos pelos professores, enviados para uma central, em nossa proposta os núcleos regionais de ensino da SEED, impressos e devolvidos à escola. Assim estaríamos potencializando a inclusão dessas crianças e jovens na educação regular.

Esses equipamentos, quando ociosos, também podem ajudar a comunidade e os portadores de necessidades especiais, contribuindo para a inclusão social e a superação do preconceito.

**PROJETO DE LEI Nº 135/2005**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professores e Professoras da Rede Pública Estadual de Educação e dá outras providências.

Art. 2º O Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação consiste na prevenção do stress, fadiga, síndrome do pânico e depressão potencializada pela ação docente. Prevê o combate ao cansaço excessivo, ansiedade intensa, medo de sala de aula, intolerância a situações pedagógicas, dores de cabeça não regulares, uso indevido de estimulantes. O Programa será composto por:

a) campanhas informativas, formativas e de orientação sobre doenças profissionais mentais dos professores e professoras;

b) atividades de capacitação que deverão ser realizadas por meio de palestras teóricas e práticas, ministradas por especialistas com experiência comprovada, com o objetivo de orientar os professores quanto aos riscos e ações preventivas.

§ 1º - Como parte integrante das ações de capacitação, os Cursos de Formação de Professores deverão conter módulos sobre saúde mental e condições adequadas de prevenção às doenças profissionais.

Art. 3º Caberá às Secretarias de Estado da Educação e da Saúde formular as diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação.

Art. 4º O Programa Estadual de Saúde Mental Preventiva para Professores e Professoras da Rede Pública

Estadual de Educação terá caráter, fundamentalmente, preventivo.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

**JUSTIFICATIVA:**

As atuais características da educação pública têm afetado a saúde mental de professores e professoras em um número alarmante, como já alertou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação Pública (CNTE, e APP-Sindicato).

As políticas educacionais ainda não têm conseguido dar conta de solucionar os problemas que provocam essas doenças, como salas de aula superlotadas e jornada de trabalho excessiva.

Mas, por outro lado, constata-se o praticamente desconhecido por parte dos professores e professoras tanto das causas, como consequências das doenças. Neste sentido, a aprovação deste projeto de lei e sua implantação pelas Secretarias de Educação e de Saúde irão reduzir as doenças profissionais deste campo e contribuir para aumentar a qualidade de vida dos professores e os resultados educacionais.

**PROJETO DE LEI Nº 136/2005**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Saúde para doenças profissionais típicas de Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação e dá outras providências.

Art. 2º O Programa Estadual de Saúde Preventiva para doenças profissionais típicas de Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação abrangerá:

I - O Programa de Prevenção será ativado para as seguintes áreas:

a) problemas visuais e auditivos;

b) problemas de relativos a má postura e decorrência ortopédicas (tendinite, bursite, varizes, comprometimento da coluna / hérnia de disco); e

c) problemas alérgicos (rinites e irritações oculares).

II - O Programa de Prevenção consiste:

a) em campanha informativa, formativa e de orientação sobre doenças profissionais;

b) na realização de exames preventivos quando da admissão do profissional para identificar indícios ou predisposição para doenças profissionais;

c) na realização de exames periódicos ou requeridos pelos professores e professoras para identificar indícios ou predisposição para doenças profissionais.

§ 1º Os exames serão realizados por equipe multidisciplinar, que envolverá profissionais médicos com



especialização nas respectivas áreas com experiência comprovada em suas áreas de atuação.

§ 2º Diante da evidência da presença de alterações de condições de saúde, deverão ser viabilizadas alternativas para garantir a efetivação da contratação do professor.

II - O Programa de Capacitação deverá ser realizado por meio de capacitações teóricas e práticas ministradas por especialistas com experiência comprovada, objetivando orientar e habilitar os professores quanto à importância dos princípios da saúde e a posturas adequadas e de condições ambientais necessárias ao exercício profissional.

§ 1º Como parte integrante das ações de capacitação, os Cursos de Formação de Professores deverão conter em seus conteúdos, módulos sobre saúde e condições adequadas de prevenção a doenças profissionais.

III- Programa de Proteção que consiste na adequação do processo de trabalho, utilizando as tecnologias disponíveis para auxiliar o ensino e a aprendizagem, reduzindo situações de risco e melhorando as posturas corporais e condições de trabalho.

§ 1º - Deverão ser analisados a situação do espaço escolar com a correspondente apresentação de soluções, quanto acústica e barulho; calor, frio e umidade; ventilação; presença de poeira, iluminação, etc.

§ 2º O Governo do Estado deverá apresentar um programa gradativo de:

a) implantação de quadros brancos, substituindo a utilização do giz pelo pincel atômico, para evitar doenças respiratórias, alérgicas e do aparelho fonador;

b) revisão dos sistemas de iluminação e sua adequação;

c) revisão da situação de acústica e barulho e efetivação de medidas que reduzam e gradativamente promovam a extinção do problema.

IV - O Programa de Recuperação consiste na garantia do atendimento dos professores acometidos por doenças para promover a sua reabilitação.

Art. 3º - Caberá às Secretarias de Estado da Educação e da Saúde formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do programa Estadual de Saúde Preventiva para doenças profissionais típicas de Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação.

Art. 4º - O Programa Estadual de Saúde Preventiva para doenças profissionais típicas de Professoras e Professores da Rede Pública Estadual de Educação terá caráter, fundamentalmente, preventivo. Quando detectada alguma alteração será garantido ao professor o pleno acesso aos tratamentos necessários.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Os professores e professoras, como toda categoria, possuem doenças profissionais típicas. A CNTE - Confe-

deração Nacional dos Trabalhadores na Educação Pública, assim como a APP - Sindicato tem demonstrado preocupação o aumento alarmante das doenças profissionais desta categoria.

Uma parte das doenças profissionais é decorrente de diversos tipos de incômodos tais como: deficiências acústicas (como as do barulho); calor, frio e umidade; presença de poeira, ventilação inadequada e iluminação precária; etc.

Isto se reflete em problemas como: as relativas ao uso inadequado da voz, tendinites, bursites, rinites, varizes, gastrite e problemas de coluna / hérnia de disco.

As políticas educacionais ainda não têm conseguido solucionar os contextos que provocam estas doenças, como salas de aula superlotadas, jornada de trabalho excessiva.

Mas por outro lado, tem-se constatado o praticamente desconhecimento por parte dos professores e professoras tanto das causas como conseqüências de grande parte dessas doenças. Neste sentido, a aprovação deste projeto de lei e sua implantação da prevenção por meio de programas e campanhas formativas e informativas pela Secretaria de Educação, irão reduzir as doenças profissionais deste campo assim como contribuir para aumentar a qualidade de vida dos professores e resultados educacionais.

#### PROJETO DE LEI Nº 137/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as instituições bancárias obrigadas a instalar, em suas agências e postos de atendimento ao público, bebedouros e sanitário masculino e feminino, com o respectivo lavatório, para utilização gratuita dos usuários em geral.

Parágrafo Único. Os bebedouros e sanitários devem ser instalados de maneira que atendam também às necessidades dos deficientes físicos.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta lei, sujeitam-se as instituições bancárias aos seguintes prazos:

I - A instalação dos bebedouros deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir desta lei, sob pena de multa diária de 5 (cinco) UFIR's por agência bancária ou posto de atendimento em que não houver sido instalado o equipamento, até o efetivo cumprimento da obrigação.

II - A implantação dos sanitários deverá ser concluída no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a partir desta lei, sob pena de multa diária de 10 (dez) UFIR's por agência bancária ou posto de atendimento em que não houver sido instalado o benefício, até que este seja implantado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Em que pese os expressivos investimentos em tecnologia promovidos pelos Bancos nos últimos anos, não se pode negar que o atendimento direto e pessoal ao cliente/usuário continua sendo - e sempre será - o principal modo de relacionamento entre ambos.

Prova disso são as estatísticas que comprovam que, mesmo diante do verdadeiro "mundo virtual", cada vez aumentam as filas para atendimento nas agências e postos de atendimento bancário no País, notadamente no Estado do Paraná.

Ocorre que as agências bancárias não dispõem da infra-estrutura imprescindível para que os usuários lá permaneçam por todo o tempo necessário para o efetivo atendimento. Um dos itens que causa maior desconforto a estes é, sem dúvida, a inexistência de sanitários, absolutamente necessários ao atendimento das necessidades fisiológicas mais básicas do ser humano. Já os bebedouros possibilitarão às pessoas ter acesso a esse líquido vital que é a água, devidamente tratada, principalmente pelo fato de o Brasil ser um país com clima predominantemente tropical, o que prioriza o consumo da água por parte de seus habitantes.

Outrossim, estudos comprovam que as cédulas de dinheiro contêm uma quantidade impressionante de bactérias, sendo mais freqüente encontrar as do gênero *Staphylococcus*, que se alcançar a corrente sanguínea é capaz de causar septicemia, infecção que pode levar à morte.

Nesse sentido, a instalação de lavatórios certamente ajudará na mudança de postura da população, conscientizando do perigo iminente e invisível.

Ademais, sob o ponto de vista econômico, tais exigências são plenamente viáveis, haja vista se tratarem de ações simples, porém de alta relevância para a coletividade, e em nada diminuirão os expressivos e jamais vistos lucros alcançados por estas instituições nos últimos anos.

Assim, tendo em vista a importância do que se propõe, espera este Deputado contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação desta propositura.

PROJETO DE LEI Nº 138/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Regime Fiscal Diferenciado aos estabelecimentos instalados ou que vierem a se instalar no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Para os ramos de atividades a serem beneficiados por esta lei, bem como as normas e critérios serão definidos por regulamentação do Poder Executivo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Foz do Iguaçu tem uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;

II - construção da Hidrelétrica de Itaipu; e,

III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 1970, teve o início do segundo ciclo, "A construção da Hidrelétrica de Itaipu", verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no Rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o País, juntamente com o pessoal técnico de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de setenta no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de noventa quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes e, atualmente, aproximadamente 293.000, dados que permitem inferir a natureza dos problemas sócio-econômicos que a cidade enfrenta devido ao rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado de 1986 e a exportação que floresceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu, quanto a Ciudad Del Este receberam forte fluxo migratório que proporcionou à cidade um espantoso desenvolvimento, pois no auge do turismo de compra a região oferecia oportunidade de renda a todos que ali chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compradores que chegou em 1994 a cerca de 3.500.000, se multiplicou de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média, cada comprador deixara cinquenta dólares em Foz do Iguaçu e 1.500 dólares em Ciudad Del Este e 150 dólares no trajeto.

Neste período, Ciudad Del Este se tornou o terceiro centro comercial do Planeta, com um movimento financeiro em torno de 5,5 bilhões de dólares/ano.

Com a implantação do MERCOSUL, que facilitou as exportações e importações, o turismo de compra e o

comércio exportador de Foz do Iguaçu foram praticamente nocauteados.

No ano de 1994 o movimento que era de 5,5 bilhões de dólares, no ano passado essa cifra diminuiu para 1,2 bilhões de dólares, verificando uma queda acentuada de 4,3 bilhões de dólares, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

Em Foz do Iguaçu existe uma população de aproximadamente 180.000 pessoas acima de dezoito anos. Dentro deste universo, 40.000 pessoas estão desempregadas e aproximadamente 62.000 pessoas trabalhando no mercado informal, verificando-se que mais da metade da população nesta faixa de idade enfrenta o grave problema do desemprego, responsabilidade que pesa, não somente para o Município, mas também para os Governos Estadual e Federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

Diante do exposto, conta o signatário com o apoio dos demais Pares para aprovação da matéria em pauta, que tem por objetivo reduzir a carga fiscal e criar fato novo minimizando a crise que se abateu sobre o comércio e sobre a comunidade de Foz do Iguaçu.

#### PROJETO DE LEI Nº 139/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Bairro do Mercado ACBAM, com sede e foro no Município de Corumbataí do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade Associação Comunitária do Bairro do Mercado - ACBAM, com sede e foro no Município de Corumbataí do Sul, fundada em 17/09/2003, devidamente registrada no Cartório de Registro, de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas da Comarca de Barbosa Ferraz, sob nº 1.933 Prot. 7-01 folhas nº 074 do Livro C-02, conforme consta no Estatuto em anexo.

A Associação Comunitária do Bairro Mercado, tem por objetivo promover a defesa dos interesses dos agricultores, moradores e associados em todos os assuntos referentes a trabalhos artesanais, mão-de-obra terceirizada, produção organização e cultivos diversos, industrialização de produtos bem como a sua comercialização, organizar a compra de insumos, máquinas, equipamentos, produtos de uso doméstico e/ou necessários às atividades da agroindústria e das propriedades rurais.

Pelo artigo 36 a Associação não tem fins lucrativos e não remunera os membros de sua Diretoria.

Pela Lei nº 262/2003, de 16 de dezembro de 2003, a Associação Comunitária do Bairro do Mercado foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

A documentação anexa que institui este projeto de lei, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87 que dispõe sobre a matéria em causa.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço dessa entidade que trabalha diuturnamente em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 140/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório que os produtos industrializados no Estado do Paraná tenham inscrições em Braille.

§ 1º. Os produtos industrializados que o artigo 1º se refere, são:

- Produtos de beleza;
- Produtos alimentícios;
- Eletrodomésticos (manual e painel de controle),

e.

- Medicamentos.

§ 2º. As inscrições nas embalagens deverão conter informações e características dos produtos tais como:

- Valor calórico;
- O que é o produto;
- Composição química;
- Funcionamento;
- Contra-indicações.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei é necessário, pois torna-se importante que as embalagens de produtos industrializados no Paraná tenham inscrições em Braille, uma medida que faça com que os portadores de deficiências visuais possam adquirir produtos sem precisar de ajuda.

O sistema Braille é um sistema de leitura e escrita tátil que consta de seis pontos em relevo, disposto em duas colunas de três pontos. É utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas. Foi inventado na França por Louis Braille, um jovem cego. O ano 1825 é reconhecido como marco dessa importante conquista para a educação e integração dos deficientes visuais na sociedade.

Na população brasileira há 1,8% de deficientes. Deste total 0,5% são deficientes visuais. No Paraná são aproximadamente 45.000 deficientes visuais. Pessoas que necessitam de tal benefício para viver com mais dignidade.

A discriminação que existe neste País contra deficientes é maior do que pessoas da etnia negra. Vamos beneficiar pessoas que necessitam muito mais de nossa ajuda. Os deficientes visuais têm muitas dificuldades em adquirir produtos industrializados, pois dependem sempre de terceiros.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar as condições de vida dos portadores de deficiências visuais.

PROJETO DE LEI Nº 141/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordo com o Estado do Amazonas, com o fim específico de implantar no Município de Foz do Iguaçu, um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus.

Art. 2º As normas e critérios a serem adotados, serão definidos de comum acordo entre os Estados referidos do artigo anterior, obedecida a legislação pertinente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder alteração orçamentária necessária para atender às despesas decorrentes desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Foz do Iguaçu tem uma história de desenvolvimento sócio-econômico vinculado a três grandes ciclos:

- I - extração da madeira e cultivo da erva-mate;
- II - construção da Hidrelétrica de Itaipu; e,
- III - exportação e turismo de compra.

O primeiro com um século de duração, de 1870 a 1970, seguiu o padrão de toda a região Oeste do Paraná.

A partir da década de 1970, teve o início do segundo ciclo, “a construção da Hidrelétrica de Itaipu”, verificou-se o crescimento exponencial da população de Foz do Iguaçu. O canteiro de obras no rio Paraná chegou a ter mais de 40.000 trabalhadores, a maioria barrageiros vindos de todo o País, juntamente com o pessoal técnico de alto nível, que construíram a hidrelétrica considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno. Na década de 70 no início da construção da usina, a população de Foz do Iguaçu era de aproximadamente 34.000 habitantes, passando para 190.000 habitantes no início da década de 90 quando a usina foi inaugurada, e no final do século cerca de 270.000 habitantes e, atualmente, 293.000. Dados que permitem inferir a natureza dos problemas

sócio-econômicos que a cidade enfrenta devido o rápido aumento de sua população.

O terceiro ciclo caracterizado pela conjunção do turismo de compras decorrentes dos sucessivos planos a partir do Plano Cruzado em 1986 e a exportação que floresceu no período de 1977 a 1994.

Tanto Foz do Iguaçu quanto a Ciudad Del Este receberam forte fluxo migratório que proporcionou à cidade em espantoso desenvolvimento, pois no auge do turismo de compra a região oferecia oportunidade de renda a todos que aqui chegavam, sem exigir qualificação profissional. Do lado empresarial e formal, a infra-estrutura para recepcionar o contingente de compradores que chegou em 1994 a cerca de 3.500,00, multiplicou-se de forma extraordinária, enquanto milhares de pessoas entraram com facilidade no mercado informal. Dados levantados na época demonstravam que, em média, cada comprador deixara 50 dólares em Foz do Iguaçu e 1.500 dólares em Ciudad Del Este e 150 dólares no trajeto.

Neste período, Ciudad Del Este tornou-se o terceiro centro comercial do planeta, com um movimento financeiro em torno de 5.5 bilhões de dólares/ano.

Com o avanço da globalização e a implantação do MERCOSUL, que facilitou as exportações e importações, o comércio exportador de Foz do Iguaçu foi praticamente nocauteado, o turismo de compra, também em razão da redução da cota de 250 para 150 dólares, caiu continuamente a partir de 1995.

No ano de 1994, o movimento que era de 5.5 bilhões de dólares, no ano passado essa cifra diminuiu para 1.2 bilhões de dólares, verificando uma queda acentuada de 4.3 bilhões de dólares, gerando desemprego em massa e aumento da miséria com relação aos iguaçuenses.

Em Foz do Iguaçu existe uma população de aproximadamente 180.000 pessoas acima de 18 anos. Dentro deste universo, 40.000 pessoas estão desempregadas e aproximadamente 62.000 pessoas trabalhando no mercado informal, verificando-se que mais da metade da população nesta faixa de idade enfrenta o grave problema do desemprego, responsabilidade que pesa, não somente para o Município, mas também para os Governos Estadual e Federal, que não podem fechar os olhos para a região que continua sendo a fronteira mais movimentada do Brasil.

É necessário observar que o Município não tem indústria nem agricultura, porém tem um segmento que pode vir a ser ainda melhor para o seu desenvolvimento, que é o setor de serviços e de comércio voltado para o mercado externo, principalmente aos países da tríplice fronteira.

São milhares de iguaçuenses que esperam a concretização de vocação comercial e de prestação de serviços, setores que precisam ser viabilizados através da implantação de uma área de exclusão fiscal, como já tomam a dianteira Puerto Iguazu do lado argentino e as cidades paraguaias da fronteira.

A implantação de um pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus na cidade de Foz do Iguaçu, através de um acordo entre os Estados do Paraná e do Amazonas, além de gerar milhares de empregos para o povo iguaçuense, vem ao encontro da vocação principal da cidade, uma vez que a comercialização dos produtos da Zona Franca de Manaus irá incrementar o turismo e, por outro lado, será barreira à evasão fiscal, correspondendo, portanto, aos interesses, não só de Foz do Iguaçu e do Paraná, mas também da União e da indústria nacional.

A proposta do pólo de distribuição de mercadorias fabricadas na Zona Franca de Manaus em Foz do Iguaçu é uma alternativa ao projeto de criação da Área de Livre Comércio (ALC), que está engavetado na Câmara Federal, e resultado do trabalho da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, legislatura passada, que culminou na assinatura de um protocolo de intenção entre o Município de Foz do Iguaçu e o Estado do Amazonas, em 09 de julho de 2001.

Diante o exposto, conta o signatário com o apoio dos demais Pares para aprovação da matéria em pauta.

PROJETO DE LEI Nº 142/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a capina química em áreas de faixa de domínio de ferrovias e rodovias em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A proibição contida no *caput* do presente artigo não se aplica à capina química em áreas rurais.

Art. 2º Para os fins a que se destina a presente lei, são adotadas as seguintes definições:

I - capina química é o método de eliminação de plantas invasoras, através de uso de defensivos agrícolas.

Art. 3º O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, regulamentará a presente lei, através da edição de normas, quando necessário, bem como se encarregará de seu fiel cumprimento.

Art. 4º As ações periódicas de acompanhamento e fiscalização do objeto da presente lei ficarão a cargo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por intermédio dos escritórios regionais do Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo máximo de doze meses, contados a partir da sua publicação, para que as instituições e órgãos aos quais esta lei se aplica, promovam as adequações necessárias ao seu cumprimento.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei acima descrito, tem a finalidade de garantir à população a ausência de riscos à saúde pela inalação de produtos químicos de uso específico em capina química ao trafegar junto a rodovias e ferrovias no Estado do Paraná.

Dentro do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, é inegável a importância da garantia de uma vida digna a todo ser humano, resguardando seu bem-estar e sua saúde. Trata-se do exercício da cidadania a proteção da dignidade e do bem-estar da população, cabendo ao Estado a promoção de políticas públicas incisivas que garantam a efetivação desses direitos. Em se tratando de tráfego em rodovias e ferrovias, não há dúvidas de que a proibição de uso da capina química cumpre o papel central na garantia não só da saúde da população, do meio ambiente, mas também do bem-estar e da dignidade humana de maneira geral.

E ainda, o presente projeto de lei pretende garantir também o respeito à mão-de-obra dos trabalhadores que realizam as roçadas junto às rodovias e ferrovias e para tanto, pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 143/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a proceder, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, a delegação da competência de coleta de documentos e preenchimento de formulários destinados à emissão de cédulas de identificação civil a escolas integrantes da rede pública.

§ 1º A delegação será instrumentalizada por convênio firmado entre a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria da Educação, cabendo a esta a indicação das escolas que exercerão tal competência e a indicação dos servidores responsáveis.

§ 2º A Secretaria da Segurança Pública indicará servidores do Instituto de Identificação responsáveis pela supervisão do procedimento desenvolvido pelas escolas.

Art. 2º Somente os alunos já matriculados nas escolas, ou aqueles que para tanto dependam da apresentação de cédula de identificação civil, poderão pleitear sua emissão na própria escola.

Art. 3º Os formulários utilizados pelas escolas serão entregues pela Secretaria da Segurança Pública, devendo ser apresentados os mesmos documentos exigi-

dos pelo Instituto de Identificação, não se admitindo tratamento diferenciado.

Art. 4º Todo procedimento de emissão será gratuito.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tem a Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privada do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por construir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar por limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca”<sup>1</sup>.

Ainda no que atine à competência legislativa, insta consignar que esta Casa de Leis recentemente editou normativa voltada a obrigar alunos da rede pública estadual a apresentarem cédula de identificação civil no ato da matrícula.

É de se ressaltar ainda que o presente projeto, além de instituir a colaboração da Secretaria da Educação com a Secretaria da Segurança Pública, tornando mais eficiente e direta a prestação dos serviços públicos estaduais, vem ao encontro da determinação legal já instaurada, facilitando tanto o processo de matrícula como, a um só tempo, o de expedição da cédula de identificação.

O arraigamento da prática, amparada nesta lei em projeto de expedir cédula de identificação civil aos alunos da rede pública estadual de ensino, insta considerar, tem ainda o efeito de incutir no discente o hábito de ver em sua escola não apenas um local de aprendizado, mas uma instituição que o prepara de entrada para a vida participativa em comunidade, constituindo-se em verdadeira porta de entrada para a cidadania.

1. STF. Pleno. ADIN 724-6/RS - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Welter, no Pequeno Expediente.

## ***Deputados Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Nós acompanhamos na semana passada, juntamente com lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores, da FETAEP, os agricultores familiares que foram prejudicados pela seca aqui no Paraná.

Eu quero aqui reconhecer o esforço grandioso da Secretaria da Agricultura, através do Secretário em exercício, Milton P. Ribas, e à vontade da disposição política do Presidente Lula, através do Ministro do Desenvolvimento Agrário, em atender e socorrer os nossos agricultores.

Ontem mesmo, o Banco do Brasil também já disponibilizou R\$ 1 bilhão e 500 mil reais, para socorrer os agricultores familiares, os agricultores atingidos pela seca na Região Sul. Aqui no Paraná, através da CODAPAR já as máquinas estão socorrendo, Deputado Dobrandino, os agricultores que precisam em alguns lugares buscar água para tomar, a mais de cinco quilômetros. Os bebedouros estão sendo feitos para resolver o problema urgente da água. Também, foi autorizado para cada Município que foi decretado situação de emergência, construção de poços artesianos, que isso leva o maior tempo.

Então há um esforço concentrado das ações da Secretaria da Agricultura envolvendo as suas afins, no caso CODAPAR. A SANEPAR também é parceira nesse processo. Eu acredito que nos próximos dias será amenizado o problema da seca.

Outro ponto que eu queria aqui destacar, ontem tinha me inscrito para falar com relação ao depoimento do ex-Deputado Bonaterra, que é companheiro de Partido, mas eu queria ressaltar um problema que eu acredito que até o Deputado citou o filósofo John Holtz, americano, que como Procurador muitas vezes tem que se aplicar à lei, mas com relação ao leite das crianças, eu acredito que o ex-Deputado se equivocou.

Pelo seguinte: na formação do Programa, o leite das crianças só tem sentido se for por aquele leite que chama “barriga mole”, e aplicar. Seria injusto licitar o Longa Vida. Aí quem participaria dessas concorrências seriam empresas de outros Estados, inclusive. Assim, quem está se beneficiando é a nossa agroindústria da Região Oeste, aqui do Vale da Ribeira, e assim por diante. O preço praticado é o que é coordenado, inclusive, pela Universidade Federal do Paraná, através do CONSELEITE.

Então, no nosso entendimento, não seria justo fazer com que - não que a gente não queira concorrência pública, mas o fim, o objetivo do leite das crianças é atender a cadeia produtiva do leite lá no interior do Estado do Paraná. Nos glutões, atender os pequenos agricultores. Esse leite deles sendo industrializado lá e fornecido, naquela microrregião.

Portanto é um equívoco se aplicar à lei pura e simples; aparentemente parece que se está fazendo justiça, mas nós temos que dar oportunidade para a nossa pequena indústria lá do interior, para que eles possam fornecer um leite de qualidade.

Aliás, esse leite é enriquecido. Lá na indústria mesmo se colocar alguns ingredientes, principalmente, na questão do ferro, para diminuir, amenizar os problemas de anemia.

Aliás, tem dado um resultado fenomenal com relação às crianças na área de saúde do Paraná.

Então, esse leite das crianças é um programa que funciona. Eu preciso aqui destacar que não foi feliz o companheiro nessa questão.

Eu quero enaltecer que o Programa Leite das Crianças, do jeito que é formatado e o preço praticado, que a compra de alimentos que são perecíveis, são dispensados sim, de licitação. No caso do leite, é comprado do nosso pequeno agricultor lá no interior, industrializado lá nas nossas pequenas agroindústrias do interior, que se fosse licitado e colocado aí, teria que fazer o leite Longa Vida. E leite que não é Longa Vida, que é o “barriga mole” se ficar transportando para cima e para baixo, ele azeda, da problema.

Por isso, quanto menos o leite circular, mais qualidade ele tem. Inclusive, lá na região de Toledo, o comitê gestor do leite das crianças tem acompanhado atentamente isso, e tem funcionado muito bem e atende as crianças mais carentes do Estado do Paraná. Tem sido um brilhante programa este. Isto, sim, dá saúde às nossas crianças. Tenho convicção de que um programa como este, a médio e longo prazo ajuda, inclusive, para que tenhamos melhores cérebros aqui no Paraná, porque estamos atacando na raiz a questão da desnutrição infantil.

Espero que um programa como este continue, sempre. E que a sociedade acompanhe, porque ela acompanha lá, através dos comitês gestores. Era isto o que eu queria dizer. Só para fechar, quando o ex-Deputado citou o filósofo John Holtz, ele trata dos princípios da Justiça.

Eu acredito que não seria justo nesta questão da licitação do leite, abrir a concorrência amplamente, não atendendo nossa pequena agricultura. Por isso é que nem sempre a lei que aparentemente é justa e aplicada cegamente atende o interesse sócio-econômico envolvendo toda a cadeia produtiva no caso do leite e também da indústria, do pequeno agricultor. E o objetivo fim do leite das crianças é fornecer um leite de qualidade para as nossas crianças em todo o interior, inclusive nas cidades grandes do Paraná, as cidades circunvizinhas, que têm as

agroindústrias que industrializam leite, fornecem para o Programa Leite das Crianças.

Era isso, Sr. Presidente. Acredito que neste ponto o companheiro ex-Deputado está equivocando. Sua tese aplicando a lei, pura e simples é válida. Porém, do ponto de vista, na prática, ele não passa a ser justo, no nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O próximo orador inscrito é o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

(Lê):

“Não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós”.

Agostinho Neto, Angola, 1975

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos tido nos últimos dias, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, uma rotina de trabalho que vem se transformando em uma verdadeira *via crucis*. As rebeliões que eclodem por todo o Estado viraram rotina e os problemas são sempre os mesmo e vão se avolumando a cada dia.

Apucarana, Rolândia, Palotina, Jacarezinho, Sarandi e agora Pinhais, enfim, o Estado vive um clima de insegurança. Hoje pela manhã, fomos ver mais uma rebelião, a de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. É possível afirmar que aquilo é o próprio inferno. Uma cadeia construída em 1982, quando a cidade ainda era Distrito, pasmem vocês, 96 detentos, entre eles sete menores, ainda crianças convivendo com adultos, vivendo um drama de reféns na mão dos condenados.

O motivo, superlotação, má alimentação, condições de higiene precárias, ambiente prisional desumano. Como pode, Sr. Presidente, em vinte anos, uma subdelegacia, virou delegacia, virou presídio e não teve uma ampliação, não abriu uma vaga sequer? O Delegado Gerson Alves Machado, que deveria cuidar das funções como Delegado, virou carcereiro, virou Delegado, enfim, virou um refém da sociedade. A única coisa que hoje ele não pode fazer é prender mais ninguém na cidade, porque não tem aonde colocar.

Hoje vive-se lá a tensão, com 96 presos que não têm para onde serem transferidos, porque os excedentes das cadeias da Região Metropolitana de Curitiba vivem o mesmo drama.

Estivemos às 11h com o Delegado Nilton Tadeu Rocha para tentar remanejar para outras delegacias o

excedente; em vão, todas estão superlotadas, não há nenhum projeto de ampliação, nenhum projeto de cadeias novas para a Região Metropolitana. Isso é um caso de polícia!

E agora estão falando em aquisição de contêiners. Pasmem, Srs. Deputados, homens, pessoas humanas presas em contêiners! Precisamos chamar a atenção da imprensa, do povo, da Ordem dos Advogados e da Anistia Internacional! A Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça, precisam se pronunciar sobre isso!

E onde estava o Sr. Secretário de Segurança, e onde estava a presença do Estado? Todos estão sabendo, não só da situação de Pinhais, mais da situação prisional em todo o Estado do Paraná!

Acho que o Dr. Delazari está muito preocupado é com a sua campanha de Deputado Federal; tem trabalhado muito bem na mídia, mas na televisão estatal e no jornal governamental ele realmente desempenha o papel de Secretário da Segurança sem fazê-lo. Para eles e para a mídia tudo é divino, tudo é maravilhoso, a segurança está ótima.

Não é o que dizem os presos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Rebelados ou não, em greve de fome ou não, não é o que dizem os parentes dos presos, sempre aflitos quando ocorrem as rebeliões; não é o que dizem os agentes, os Delegados, os policiais que vivem o drama das delegacias, mas o Sr. Secretário da Segurança aparece no final para dizer, está tudo bem.

E nós estamos agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, encaminhando um ofício ao Sr. Secretário da Segurança do Paraná, Dr. Luiz Fernando Delazari, com base no artigo 54 da Constituição do Estado, convocando para que ele, na próxima quarta-feira, venha na Comissão para explicar certos assuntos que ele não tem falado na mídia, na televisão e nos jornais. Ele vai ter que vir aqui explicar quatro pontos: denúncias de superlotação nas cadeias, as rebeliões. Dois: alimentação precária ocasionada pela verba baixíssima, destinada aos presos, de dois reais por dia. É muito menos do que come o avestruz que o Governador Requião tem lá na granja do Canguiri. Maus tratos e condições desumanas que estão vivendo os internos. Quarto: a existência de menores presos nos estabelecimentos de detenção do Estado do Paraná sob a responsabilidade do Secretário da Segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vamos chamar a Anistia Internacional para vir aqui! Não é possível falar em resolver problemas de segurança de presos comprando-se contêiners para pôr presos dentro! Nós vamos chamar a Anistia, vamos chamar as Igrejas, os Movimentos de Direitos Humanos do Brasil! Queremos mostrar realmente o esqueleto que se encontra a segurança e o sistema prisional no Paraná.

Como é que podemos ressocializar os presos para devolvê-los à nossa sociedade num ambiente desumano?

Não se imagina que naquelas delegacias, naqueles presídios possa viver nem um cachorro, quanto mais um ser humano! Noventa e seis presos, um amontoado em cima do outro em Pinhais, vi hoje!

Não há como recuperar ninguém. Eles vão cumprir a pena e vão sair de lá. Vamos ter pena da sociedade para aonde eles irão voltar.

É necessário que haja, sim, respeito. Respeito pela verba pública! Estamos vendo um Governador dizer que tem dinheiro para pagar a imprensa, 180 milhões de reais este ano.

Fico a imaginar o dinheiro que vai se jogar pelo ralo ou que está se jogando. Por que não se investe na construção e na ampliação de novos presídios, novas cadeias públicas? Não tem propósito o que aí está!

Não venham depois dizer que essa situação já existia antes! Antes também já foi do Paraná o atual Governador Roberto Requião. Não ampliou as Delegacias da Capital no outro mandato dele, que não fez as ampliações no interior que precisavam ser feitas! Os menores não têm recebido atendimento que está consagrado lá na Carta Magna deste País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos convocando o Secretário para quarta-feira vir a esta Assembléia explicar os motivos por que chegou ao caos a segurança e a questão dos encarcerados nas Delegacias no Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência quer registrar com satisfação a presença dos Vereadores de Presidente Castelo Branco: Gabriel Aparecido Kale, José Aparecido Silvino, José da Silva e Aparecido Francisco da Silva. Esta Presidência e esta Casa se rejubilam pelas presenças de V. Exas. nesta tarde hoje.

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realizamos no dia de hoje a audiência pública que havia sido solicitada de comum acordo com a Comissão de Educação, quando eu ainda a presidia, e pelo Presidente Hermas Brandão, para ouvirmos os funcionários públicos a respeito das questões que envolvem a saúde pública no Estado do Paraná.

A Deputada Elza Correia presidiu a audiência de hoje. Esteve conosco o Dr. Abi Kalef. Lamentamos que a Secretaria da Saúde, não só não tenha comparecido, porque o Secretário Xavier já havia assumido um compromisso, como também não tenha mandado nenhum representante, com relação a alegação que comunicou no dia três de março, que não estaria em Curitiba.



Vejam, como é tratado, neste caso específico e a Deputada Elza Correia já fez as considerações durante a audiência, como foi tratada a questão do SAS.

Um Secretário recebe um convite há três meses, há vinte e três dias, diz que não está em Curitiba e, posteriormente, não consegue encontrar absolutamente ninguém para representá-lo na Assembleia Legislativa. Acho lamentável porque o que ouvimos hoje, nos trouxe grandes preocupações.

O SAS, que é um sistema que foi implantado em substituição ao IPE durante o Governo Jaime Lerner, está numa situação de precariedade em algumas regiões do Estado, pelo menos foi isso que ouvimos, hoje. Isso nos traz uma preocupação absolutamente necessária no sentido de resolvermos com urgência o problema.

Vejam os senhores, o SAS tem 92 milhões de reais que estão saindo primeiro do SUS, porque sai da verba da Saúde, não há uma dotação específica para o SAS. O SAS sai dentro daqueles 12% que são consignáveis pela Emenda 29 e que, a partir do ano 2004, tem que estar com o percentual de 12%.

Mais ainda: o SAS deveria atender com esses sete milhões e seiscentos mil reais por mês 373 mil usuários do Estado do Paraná, mas para a nossa surpresa e foi dito hoje inclusive pelo Dr. Abib Kalef (que representou a Secretária Maria Marta, aliás, foi muito bem representada) que não tem atendimento de fonologia; não tem fisioterapia; não tem acupuntura; não tem homeopatia; não tem psicologia; não pode fazer ecografia; não pode fazer tomografia; e aí uma relação de todos os procedimentos que não podem ser feitos pelo funcionário público no atendimento que é prestado pelo SAS.

Nós sabemos que alguns Deputados têm defendido a volta do IPE, que é uma promessa de campanha do Governador Roberto Requião e, hoje, foi reiterada, várias vezes, pelos funcionários e pelos quatorze sindicatos que estiveram presentes aqui, que confiam e continuam confiando no Governo, mas que fazem um apelo para que seja remetido, em caráter de urgência, o projeto que reinstitui o IPE Saúde para os funcionários públicos; que seja entregue ao fórum dos servidores a auditoria que foi realizada pelo Secretário Stephanes quando Secretário da Administração no SAS e que até hoje, embora haja sido pedida cópia dessa auditoria, ainda não foi remetida também.

Relataram alguns funcionários, e nós pegamos dois relatos, a situação em que se encontram. No caso específico, Deputada Elza Correia, do Professor de Ivaiporã, que tem uma mulher com câncer. Para fazer esse tratamento foi-lhe sugerido que procurasse o SUS, porque o SUS poderia atendê-lo melhor. Vejam os senhores que foi sugerido pelos próprios hospitais conveniados pelo SAS, para que ele procurasse o SUS, porque este faria um atendimento melhor!

Esse professor, depois de saber que a sua mulher que também é professora, estava com câncer, ela grávida, teve que fazer uma verdadeira...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

### ***Horário da Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI (PT)

Vou usar o Horário da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está concedido a V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado!

...via sacra entre Ivaiporã, Maringá, Londrina e Campo Mourão.

Se nós tivéssemos apenas esse caso, nós entenderíamos que é uma exceção, mas não é! Temos também o caso da professora Adriane, de Almirante Tamandaré que sofreu um acidente há dois anos no exercício da sua função dentro da escola, quando um portão que caiu sobre ela acabou fraturando o fêmur, o rosto, o maxilar, o nariz, teve fraturas de crânio, passou um ano fazendo tratamento e ainda não conseguiu ser ressarcida pelo SAS, teve que fazer empréstimo em banco.

Então, essas situações vieram sendo relatadas e temos diversos relatos. A Deputada Elza Correia, como Presidente da Comissão, pegou todos esses relatos e nos parece que é hora de nós entendermos como que vai ser tratada essa questão e a urgência que vai ser tratada essa questão, porque paralelo a isso nós temos, também, as questões vinculadas ao SAS e ao funcionário público do Estado do Paraná, que é a questão das perícias, dito por todos eles e inclusive reconhecido pelo próprio Dr. Abib Kalef representando aqui a Secretária Maria Marta. A perícia hoje no Paraná é cruel.

Imagine, Deputado Dobrandino, que as perícias são feitas - isso serve para todos os funcionários públicos, inclusive policiais militares e policiais civis -, que têm no médico da sua cidade atendida pelo SAS, uma licença hoje de noventa dias e que quando chega muita vezes aqui ou no centro, onde o SAS atende, essa perícia, sem que o paciente seja examinado, é reduzida para quinze dias! Temos um caso no Paraná, onde uma funcionária está há oito anos renovando a sua licença médica e não consegue a aposentadoria. Tivemos, hoje, enquanto fazíamos a audiência, depoimento de um professor que teve a sua mulher - ele, aqui, na Assembleia Legislativa no gabinete do Deputado André Vargas - problemas, foi afastada, voltou hoje e teve novamente problemas e ao procurar a perícia, esta recomendou a sua readaptação, como se ela fosse uma peça de automóvel que pudesse talvez ser feita ou um carro que pudesse ter o seu pneu recauchutado, quando sabemos que desde a Constituição de 1988 isso legalmente não é aceito. Entretanto, os peritos, para fazerem média com os peritos, para se mostra-

rem mais realistas que o rei, acredito que não haja determinação da Secretaria da Saúde para que isso aconteça, porque se houver, isso é muito grave e os peritos passam a fazer o papel de algozes dos funcionários públicos.

Dr. Carneiro, pedimos de Cascavel, publicamente, eu, a Deputada Elza Correia, professor Lemos, que é o Coordenador do Fórum, que a Secretaria da Saúde proceda à investigação e se forem comprovadas as denúncias aqui, exonere-o, a bem do serviço público. Não pode um médico falar às pessoas que vão procurá-lo, solicitando que sejam feitos o atendimento e a perícia e ele se limite a dizer que, se quiserem fazer qualquer coisa contra ele, ele é poderoso e pode trazer prejuízo a essas pessoas. Isso, nem nos regimes piores que vivemos no País e que todos, direta ou indiretamente tiveram uma luta contra eles, não foram aceitos, esse tipo de prática não foi aceita e não vai ser agora que vamos aceitá-la.

Por último, eu gostaria de fazer aqui duas considerações. Primeira, com relação à saúde, ainda. Domingo tivemos conhecimento que alguns Estados não vêm cumprindo aquilo que o SUS preconiza, dos 12%. Documentos produzidos pela pasta da Saúde indicam hoje que 16 Estados descumprem, inclusive, a União descumpre. A União, que recentemente, o Governo Federal, tentou colocar nos cinco bilhões e meio que estava alocado para Saúde, três bilhões e meio no programa de combate à pobreza e que recuou por pressão da própria Bancada do Partido dos Trabalhadores, que lucidamente entendeu que não deveria ter aquele valor dentro do orçamento da Saúde.

Tivemos aqui algumas situações, Deputado Dobrandino, que acredito que devemos, sem paixões, buscar corrigir. Temos hoje, segundo a Constituição Federal uma situação onde, se, não cumprirmos os 12%, isso já é intervenção federal no Estado, como gerou no Rio de Janeiro. A Emenda 29/2000 prevê isso. Entre 2001 e 2002 ficaram devidos ao SUS quatro bilhões e meio. Em 2005, cinco bilhões e meio. O Rio de Janeiro, 819 milhões; Minas Gerais, 765 milhões; o Paraná, 721 milhões; Rio Grande do Sul, 691 milhões; Maranhão, 303 milhões; Distrito Federal, 104 milhões; e Espírito Santo, 95 milhões. O que me surpreende - porque tive a curiosidade de buscar alguns outros dados - é que os Estados que mais exportam no Brasil: São Paulo, 32 bilhões; Minas Gerais, dez bilhões; Rio Grande do Sul, também dez bilhões; Paraná, nove bilhões; Rio de Janeiro, sete bilhões. E os produtos mais exportados: soja, cinco bilhões, farelo, três bilhões; minério de ferro, três bilhões; automóvel, dois bilhões; e petróleo bruto, dois bilhões e meio. Ora, sabemos que não é por falta de recursos que muitas vezes não fazemos aplicação correta do SUS.

Então, acho que nesta Casa temos que fazer um apelo para que todos esses pontos, que foram levantados hoje, tanto pelos participantes do fórum quanto pelo Dr. Abib Kalef, pela Deputada Elza Correia e por nós, para que possamos chegar a um bom termo.

Tivemos também uma situação que me parece que no momento oportuno vamos debatê-la, que é um ato que será realizado aqui, Ato de Defesa das 30 Horas, pelo SINDISAÚDE, Deputado Dobrandino. Sei que o senhor tem inclusive se manifestado favoravelmente a respeito dessa situação até que ela seja definitivamente resolvida. Soube já isso por pessoas que são ligadas à saúde e no dia 05 de abril às 14h00 vamos fazer uma manifestação. Isso porque está havendo um entendimento da Secretaria da Saúde, que a direção do SINDISAÚDE teve negado o pedido de liberação, Deputado Natálio Stica, de dirigentes eleitos sob a alegação que deveria haver somente um sindicato de funcionários públicos no Estado do Paraná.

Reputo isso a uma ignorância, a um mau atendimento; não acredito que possa a assessoria do Secretário Cláudio Xavier estar falando isso, com um mínimo de clareza. Porque, vejam, Sras. e Srs. Deputados: Como que o Governo pretende dizer quantos sindicatos podem ter os funcionários da saúde? Não pode! Ele não pode entrar no mérito! Ele pode até dizer, só libero um, só libero dois, para a saúde. Mas, não pode dizer que não podemos ter mais que um sindicato.

Estamos entretanto numa área perigosa, numa área que acho que confronta aquilo que sempre defendemos. Muitos aqui têm origem sindical, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Natálio Stica, Deputada Elza Correia, outros Deputados. E nós sabemos que a liberdade e a autonomia sindical tem de ser preservada porque quando começamos a fazer essa interferência em gerência entre o Estado e a independência sindical, nós sempre temos problemas.

Espero que possamos fazer aqui um debate com os representantes sindicais do SINDISAÚDE, com o Sindicato da Saúde, retomarmos o debate sobre as trinta horas, porque hoje há uma situação absurda; quando o Decreto 4345 foi baixado, Deputado Dobrandino, e o senhor inclusive tem uma posição contrária sobre isso, todos os funcionários da Saúde passaram a ser regidos pelo regime de quarenta horas. Médicos, Dentista, Fonaudiólogos, Radiologistas, que têm lei federal proibindo ou limitando a sua jornada! Está havendo um equívoco por parte de quem está fazendo esse tipo de encaminhamento, que já faz com que nós tenhamos aqui que tomar uma atitude para poder restabelecer esse diálogo entre a Secretaria da Saúde, o Governo do Estado e os representantes do Sindicato da Saúde, porque senão, vamos ter um problema gravíssimo nos próximos trinta dias e inclusive com sérias consequências e prejuízos para toda a população do Estado do Paraná.

Espero e tenho certeza que poderemos contar, Deputado Dobrandino, o senhor que é Líder do Governo desta Casa, que possamos reunir todas as bancadas, porque essa não é uma causa do Governo, deste ou daquele Partido. É uma causa da Saúde que envolve toda a população do Estado do Paraná. E será lamentável se não conseguirmos obter sucesso nessa negociação e fracassarmos inclusive enquanto interruptores, porque as consequên-

cias, por exemplo de uma paralisação por tempo indeterminado dentro do HEMEPAR, fará com que muitas vidas sejam perdidas. Muito mais do que aquelas que buscamos salvar com programas alternativos.

Isso será um fracasso nas nossas intermediações.

Por isso, peço ao senhor, como Líder do Governo, que mais uma vez possamos fazer essa intermediação e não deixemos que uma situação, que já está pautada, que já está avisada, que já está anunciada, aconteça por nossa absoluta incompetência!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Beto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Entendo que a Assembléia Legislativa do Paraná seja o legítimo fórum das discussões dentro do processo democrático que, graças a Deus, o nosso País conquistou, mas, eu talvez não tenha sido compreendido por aqueles que não admitem, às vezes, que nós possamos trazer a esta tribuna os fatos que na minha opinião são relevantes e que devem ser debatidos aqui. São 54 Deputados, com 54 pensamentos diferentes e mesmo dentro dos Partidos, graças a Deus, existe a divergência. Como dizia Nelson Rodrigues, “toda unanimidade é burra”.

E é justamente para dirimir qualquer tipo de dúvida e não se estabelecer confusões que faço um apelo aqui, que não combata este Deputado pessoalmente, mas os meus conceitos, as minhas idéias, os meus pensamentos, os meus pontos de vista. O fato é que nesta Casa temos representantes de várias partes do Estado. Represento Londrina e o Norte do Paraná e o meu compromisso não é de defender o Governador ou ir contra ele; não sou contra a pessoa dele ou contra a pessoa de ninguém, mas fiz um juramento nesta Casa que estou honrando, que é de defender o Estado do Paraná. E gostaria de colocar, pontualmente até, algumas questões.

Especificamente, não posso ser a favor, defendendo Londrina, de um Governador que nos últimos dois anos não destinou um centavo sequer para a instalação da Região Metropolitana de Londrina! Não posso defender um Governo que nos 27 meses de mandato, fez uma única obra na nossa Cidade, que é a construção de um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros para a Zona Sul, com recursos municipais do FUNREBOM, em parceria com a Prefeitura. Não posso aceitar, por exemplo, que desses oitocentos milhões que estão sendo cantados em verso e prosa pela mídia para a pavimentação asfáltica, com quatro mil quilômetros no Estado, não se faça nenhum tipo de pavimentação para Londrina e não consiga asfaltar ou duplicar quatro míseros quilômetros

da rodovia que cruza o perímetro urbano e que tanta gente já matou, que é uma rodovia estadual, a Carlos João Strass!

Não aceito síndrome de perseguição que acomete alguns Pares, que de dedo em riste dizem: eu não admito! Aqui tem que se admitir tudo, dentro do Regimento, dentro do bom debate que somos pagos para travar nesta Casa. E não posso admitir, por exemplo, que Londrina esteja trabalhando com apenas dez policiais na área operacional, quando na década de 90 trabalhava com o triplo! Não admito que cidades como Tamarana, São Sebastião da Amoreira, Alvorada do Sul, não tenham um único policial civil para atender a população!

Não podemos dizer aqui que estou querendo assumir o crédito de ser Governo, não! Assumo o débito, vou esperar chegar a hora de um projeto político de um candidato que vença as eleições e assumo o Palácio Iguaçu. Enquanto isso, vou me contentar em estar aqui nesta tribuna sem a caça de benesses e não quero nem fazer “cortesia com o chapéu alheio”. Quem é Governo tem que ter o ônus de ser Governo e tem que assumir também o ônus no momento em que ele existe. Não podemos nos esquecer que quem prometeu que seria o verdadeiro “segundo Prefeito” de Londrina foi o Governador que aí está, que disse que assumiria o Governo nos Cinco Conjuntos, mas não foi, não deu satisfação! E quando vai a Londrina, esse mesmo Governador prefere agredir, atacar empresários, políticos, a sociedade, torcer o dedo dos repórteres.

Não, eu prefiro ficar nesta tribuna! É nesta trincheira que vou permanecer aqui em alto nível, não vou baixar aqui o conceito, como eu recebi aqui acusações de “show man”, de “pastor”, porque usei uma Bíblia ou citei um versículo bíblico. Não, graças a Deus eu acredito no nosso Divino Mestre e acredito também que todos aqui sejam cristãos ou que professem qualquer tipo de religião, que são livres de acordo com a nossa Constituição, mas qualquer tipo de desmerecimento se imputa em crime, inclusive previsto na própria Constituição.

Eu prefiro aqui, Sr. Presidente, já encerrando, respeitando a condescendência de V. Exa., ser amigo de todos pessoalmente, mas politicamente nós temos divergências e quero que elas sejam respeitadas.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria destacar a presença do Deputado Wanderley Iensen - Chefe de Gabinete e Secretário Especial do Governador Roberto Requião - que nos dizem por aí, está se reaproximando da Assembléia, quem sabe para estar novamente conosco, definitivamente, aqui na nossa Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência agradece a lembrança de V. Exa. e cumprimenta o nosso Deputado Wanderley Iensen, que muito honra esta Casa com a sua presença.

Deputado Jocelito Canto, no Pequeno Expediente.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Barbosa Neto acaba de falar em liberdade de expressão do Parlamentar, liberdade da sua ideologia político-partidária. E vemos, seguido, de um lado a Oposição reclamar, e do outro lado a Situação falar das obras que estão ocorrendo.

Hoje quero falar um pouquinho sobre a Saúde, que a nível de Brasil vem atravessando uma fase muito difícil. Vemos, por exemplo, o Rio de Janeiro, Estado administrado pelo Município e pelo PFL. Lá nós vemos um verdadeiro caos, a ponto de o Governo Federal fazer uma intervenção e colocar a casa em ordem, obrigando-se o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a criarem hospitais para atenderem a população daquele Estado.

Hoje estamos comemorando, principalmente na região de Ponta Grossa, um sonho de muitos anos da comunidade dos Campos Gerais. Trata-se da implantação da radioterapia. A radioterapia, para quem conhece, entende e sabe do significado desse tratamento, sabe a dificuldade que um ser humano tem ao ter que levantar às 04h00 da manhã, entrar em um ônibus e ter que vir a Curitiba passar o dia inteiro aqui fazendo esse tratamento e voltar para Ponta Grossa, ou a uma cidade da região, e depois isso se repetir a cada instante durante a semana.

Pois agora vem uma boa notícia. Conversamos bastante com o Governador Requião e com o Secretário Cláudio Xavier e conseguimos que o Estado credenciasse em Ponta Grossa um moderno equipamento para fazer a radioterapia. A partir do dia 22, Deputado Artagão, Ponta Grossa já estará fazendo radioterapia, mesmo antes de ser credenciada pelo Ministério da Saúde, já estamos fazendo na metade dos pacientes com recursos próprios do Governo, sem ter o devido credenciamento do Governo Federal, que ainda virá. E aí vai melhorar ainda mais esse atendimento de radioterapia. Acho que essa é uma grande conquista para uma população que a vida toda teve que se submeter a fazer exames aqui em Curitiba, que as pessoas se obrigavam a sofrer.

Então, venho a esta tribuna hoje para, mais uma vez, enquanto alguns reclamam da saúde, enquanto alguns reclamam com razão, enquanto outros reclamam sem razão, enquanto outros fazem ataques políticos, venho aqui para dizer que, lá na nossa região, a saúde não está 100%, mas melhorou muito! Não tenham dúvida que melhorou, é UTI de dezessete para 27 leitos, gabinetes odontológicos para a Universidade, viaturas novas do SIATE, ambulância e agora um moderno hospital regional que será implantado em Ponta Grossa.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enquanto alguns reclamam eu venho aqui agradecer, porque um sonho de muitos anos, agora sim, começa a tornar-se realidade com a implantação desse tratamento de

radioterapia sendo feito na nossa cidade, atendendo toda a região dos Campos Gerais.

Meus cumprimentos ao Secretário Xavier, à sua equipe, a todos aqueles que comandam a Saúde e em especial ao Governador, que quando nós fizemos o pedido, autorizou, porque tem sensibilidade social e sabe das dificuldades que as pessoas têm.

Sr. Presidente, para encerrar, mais uma vez se justifica que a saúde precisa melhorar mais ainda, mas não se pode fazer milagre e não se resolve a saúde com discurso. Então, o que tem que se fazer é efetivamente o atendimento e isso está ocorrendo hoje!

Com muita alegria, queremos, mais uma vez, registrar nos Anais desta Casa que no dia 22 um sonho de muitos anos, o sonho daquelas pessoas que andavam todos os dias, que levantavam às duas, três, quatro horas da manhã para vir a Curitiba, que eram obrigadas a andar num ônibus e a ficar o dia inteiro aqui em Curitiba, começa a ser resolvido em Ponta Grossa! Esse é um passo decisivo para melhoria da nossa saúde.

Parabéns ao nosso Governador, parabéns ao Secretário Xavier pela sensibilidade em transformar um sonho em realidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antônio Anibelli**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

## ***Deputado Geraldo Cartário (PP)***

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias atrás, segundo a imprensa, mais de mil pessoas aqui estiveram numa homenagem ao Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.

Esta homenagem partiu desta Casa com a aprovação unânime de todos os Srs. Deputados, especialmente da boa vontade do Presidente, Deputado Hermas Brandão e do 1º Secretário, Deputado Nereu Moura.

A este acontecimento associou-se também o Governo do Estado na pessoa do Governador em exercício, Orlando Pessuti, e os empresários, os comerciantes, os produtores, os trabalhadores, ao saberem que Severino Cavalcanti estaria no Paraná, nos procuraram, Sr. Presidente, porque eles precisavam resolver o grande problema que tinham com a Medida 232. Cedemos horário inclusive que estava reservado a Prefeitos, Vereadores, Lideranças, para se filiarem ao Partido Progressista juntamente comigo, para que os nossos empresários, aqueles que realmente são responsáveis pelos impostos pagos pelo trabalhador e pelos empresários, impostos estes que são responsáveis pelo sistema democrático de uma Assembléia Legislativa funcionando, de um Congresso Nacional funcionando, pois a Câmara dos Deputados, a

Assembléia quando funciona, representa na verdade a democracia.

Senhor Presidente, até quero me divertir um pouco aqui hoje, porque quando o Presidente Severino Cavalcanti aqui esteve outro dia, alguns Deputados futuristas diziam que teríamos sido responsáveis pela derrubada do Ministro das Comunicações. Primeiro que estamos a dois mil e poucos quilômetros de Brasília e sabemos muito pouco do que aconteceu na Capital Federal, porque quando o Presidente Severino aqui veio, ele já sabia o que estava acontecendo, conforme a imprensa nacional divulgou. O PMDB não abre mão do Ministério das Comunicações.

Até entendo, compreendo, sendo o PMDB um Partido de grande expressão. E aqui no Paraná não há o que comentar ou criticar, porque é um Partido que tem o Governador Requião, comandando este Estado. E o PMDB tem o Ministro das Comunicações, que inclusive eu, Deputado Estadual, já fui recebido pelo Ministro no seu Gabinete, junto com o Deputado José Borba, e nada tenho contra o Ministro das Comunicações; pelo contrário, acho que está fazendo um excelente trabalho. E não há razão da minha parte de ficar torcendo para que o PMDB perdesse esse Ministério para o PP.

A única coisa, Sr. Presidente e Srs. Deputados...

### ***Horário da Liderança do PP: Deputado Geraldo Cartário***

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

O senhor vai usar o Horário da Liderança?

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)

Vou usar, com o consentimento da Líder Cida Borghetti, vou voltar a falar pela primeira vez do Partido que eu integrei e fiz parte durante vinte anos, como falam, partido da ditadura, ARENA, PDS, o qual estou, aqui, com muito orgulho, de novo falando neste Partido.

Mas, aqui está a foto. “Severino recebe homenagem da FECOM Comércio”. Os comerciantes do Paraná, através dos seus líderes, vieram à Assembléia, Deputada Cida Borghetti, não para falar em Ministério. Os empresários do Paraná vieram aqui para pedir clemência! Eles não agüentam mais pagar impostos! É esta a razão dos empresários terem aqui chegado e conversado com o Severino Cavalcanti. Não interessa para eles se o Ministro é paranaense, se é paulista, se é mineiro, apesar que o Paraná foi contemplado com a grande figura de Paulo Bernardo. Está bom! Mas os empresários vieram aqui num apelo ao Presidente da Câmara, porque sentiram nas suas palavras uma firmeza e independência, pois pela primeira vez na história do Brasil, um Presidente da Câmara dos Deputados não beija a mão de um Presidente da República! Desde o tempo do Império as negociatas eram feitas e se os Deputados analisarem a documentação divulgada no dia em que o Presidente Severino Caval-

canti aqui esteve, vão perceber que, independentemente de Ministério, ele dizia aos empresários do Paraná: “essa 232 eu jogo no lixo”. Aí estavam presentes os Prefeitos do nosso Estado e a pauta estava estacionada, porque a Medida 232 estava tirando o direito de se votar um aumento aos Prefeitos, aos Municípios do Brasil, de 1%.

Severino Cavalcanti aqui falou aos empresários: “prometo, a 232 não será votada”, e mais ainda, o Presidente quer que seja prorrogada, que fique esperando dias melhores para se votar e o Presidente Severino Cavalcanti falou ao Presidente Lula: “aqui na Câmara quem manda é o Presidente da Câmara! V. Exa. é o Presidente da República! Mande no Executivo! Aqui no Legislativo tem quem mande”. E assim foi. Diversos apelos no sentido de Severino deixar a pauta. Se entrar em votação a 232 e o resultado, Sr. Presidente, ontem à meia-noite ainda os Deputados Federais estavam lá sob o comando desse cidadão de 74 anos que, ao ser citado que ele emprega os parentes, levantei que o único parente que ele tem é uma filha Deputada Estadual como nós, eleita pelo voto do povo, mas isso quis dizer que outros políticos têm parentes, que ele não pode se manifestar contra, por uma questão de ética. O Presidente Severino Cavalcanti nos jornais de hoje - e hoje eu recebi alguns comerciantes e o Presidente da Federação me telefonava e dizia: “Cartário, parabéns pela vinda de Cavalcanti aqui a Curitiba, pois foi aqui o rumo, a palavra máxima empenhada de acabar com o aumento dos impostos, porque o povo não aguenta mais”.

Agora está aqui, na Gazeta do Povo de hoje: “Não somos nós do Partido Progressista que inventamos a matéria, porque ela está vindo de Brasília”. Está estampada num jornal sério, como todos os jornais do Paraná são sérios. Diz aqui: “O Governo atendeu ao apelo e cedeu, porque tem idéia fixa, é doido”. Essa é a resposta de Severino Cavalcanti ao Presidente Lula. “Severino é saudado como algoz da Medida Provisória”. Ontem “Severino que não tem o que esconder, dizia que o aumento cedido aos gabinetes dos Deputados Federais, não era coisa do PP, não era coisa dele, mas sim, do ex-Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, do PT. Apenas cumpriu o determinado anteriormente”.

Essas foram as palavras que a Rede Globo mostrou para o Brasil inteiro, no Jornal da Noite, num pronunciamento da Câmara, onde Severino foi aplaudido por todos os Deputados de todos os Partidos, segundo a imprensa relata. “Severino é saudado como o algoz da Medida Provisória” - Brasília -.

Filha-Press: “Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti - PP, foi apontado ontem como o grande responsável pelo recuo do Governo na votação da Medida Provisória 232”. Em dois eventos com empresários, após o anúncio da desistência no Palácio do Planalto, ele foi aplaudido e saudado pela sua coragem e determinação. Acuado por acusações de nepotismo e de aumentar os gastos da Câmara com estrutura dos gabinetes. Severino não perdeu tempo em capitalizar da derrubada da MP ontem.

Afirmou que a vitória era de todos, mas se apresentou como porta-voz da sociedade. “A vitória é da sociedade. Foi apenas o intérprete do sentimento que existe, disse, apelos.”

Severino bateu o pé e não atendeu os apelos da Base Governista para adiar a votação para mais alguns dias. Sem saída, o Governo teve que ceder em uma atitude inusitada.: defender a derrubada da Medida Provisória apresentada pelo próprio Executivo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando esta Casa, quando o Congresso Nacional, o Líder do Governo pediu para derrubar uma Medida ou um Projeto do próprio Governo?

Quando? Aconteceu ontem!

Cida, Duílio, Seleme, eu estou orgulhoso de ser integrante do Partido Progressista. Eu estou orgulhoso, porque pela primeira vez eu vejo um homem, que querem desmoralizar, porque não faz parte das elites brasileiras, apesar de ter o nome Cavalcanti, uma das figuras mais importantes deste País!

Ele disse aqui, emocionado, praticamente chorando: Aqui neste Estado, eu recebo uma homenagem que jamais esperava, porque eu fui um caixeiro-viajante.

Deputado Rossoni sabe o que é caixeiro-viajante há quarenta anos atrás?

Eu sei um pouco. Eu saía de Maringá de jipe e ficava dois, três dias na estrada para chegar em Terra Roxa, onde tínhamos loja de tecidos. Para chegar em Paranavaí, em Campo Mourão, em Assis Chateaubriand, nós ficávamos na estrada porque não tinha asfalto, apenas poeira. Eu sei daquele tempo.

Eu sei quanto orgulho eu tenho de ser Deputado! Eu que empurrei kombis, empurrei jipes nas regiões do Norte do Paraná! Eu sei!

Agora imaginem um homem de Pernambuco, de setenta e quatro anos, que recebe uma homenagem de todos os segmentos do Paraná. Desde o Governador do Estado, que lhe ofereceu, inclusive o seu automóvel, de propriedade particular do Palácio, para andar apenas com o Governador do Estado.

O Governador, sabendo quem é Cavalcanti, lhe ofereceu o automóvel e ofereceu os batedores e ofereceu almoço no Palácio, e aqui ele recebeu todos os empresários responsáveis pelo progresso e o trabalho do Paraná.

O Presidente Cavalcanti prometeu aos empresários, que aqui vieram e, ficaram à tarde inteira. Eu pergunto ao Paraná hoje: - A palavra de Severino valeu ou foi demagógica?

A palavra do Severino: “Foi uma palavra de homem honrado ou dos políticos politiqueiros mentirosos e aproveitadores do momento para receberem palmas?”

Severino cumpriu. Eu estou honrado com a noite de ontem.

A esta hora lá no Congresso está-se tentando derrubar 10% a menos no Imposto de Renda, dos trabalha-

dores, inclusive, desta Casa, que paga os 10% na fonte e que o nosso Partido, o presidente da Câmara está tentando derrubar, inclusive a nossa Bancada.

Concedo com honra o aparte à Deputada Cida Borghetti.

#### **A Sra. Cida Borghetti (PP)**

Obrigada, Deputado Cartário, as suas palavras oportunas neste momento e esta Casa reivindicou ao Presidente da Câmara Federal e aos Deputados Federais e vale a pena lembrar aqui, que o País, os empresários, também pediram a derrubada dessa Medida. O Congresso está de parabéns! A Câmara Federal está de parabéns e esta Casa também, porque nós nos manifestamos através da Mesa, todos nós usamos da palavra, usamos da tribuna, no dia da visita do Presidente Severino Cavalcanti, através dos empresários.

Vale a pena lembrar que o Severino Cavalcanti, nosso companheiro de Partido mais importante, porque hoje preside a Câmara Federal, honrou com determinação, um homem simples e que honra seu mandato há quarenta anos consecutivos, vários mandatos consecutivos, com sua maneira simples, sua postura determinada, sua maneira humilde muitas vezes, a maneira com que ele coloca e expressa a vontade da população.

Tenho certeza que o Presidente Severino Cavalcanti vai prestar um grande serviço à população brasileira e já mostrou - já começou a mostrar, aliás, que ele vai desengavetar muitos projetos que estão há muitos anos trancando a pauta da Câmara Federal.

Eu gostaria em nome, também, da Liderança do nosso Partido, e o senhor o fez hoje com brilhantismo, usando a Liderança, em nome do Deputado Seleme e Deputado Duílio, fez com brilhantismo nossas colocações.

Muito obrigada!

#### **O SR. GERALDO CARTÁRIO (PP)**

Também quero enaltecer a presença do Deputado Iensen, Chefe de Gabinete do Governador Roberto Requião, que está aqui conosco, nos ajudou muito. E dizer a ele que vamos fazer um apelo pela Bancada do Partido, do Porto de Paranaguá: fique na Casa Civil, está muito bem acompanhado de S. Exa. o Governador Roberto Requião, porque aqui nós precisamos, também, de César Seleme, nosso companheiro de Bancada.

Muito obrigado!

#### **O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Apenas para registrar a presença, na Sessão de hoje, de dois Secretários da Prefeitura de Quarto Centenário: José Carlos Gonçalves, Secretário da Administração; e Lécio Mazonas, Secretário de Saúde.

Sejam bem-vindos.

Muito obrigado pelas presenças.

## ***Grande Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Passamos a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, no Grande Expediente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Acredito que esta questão de ordem seja de extrema urgência, e gostaria de ter a atenção do Presidente Hermas Brandão, que está aqui ao lado.

Sra. Presidente, nós estamos no término dos trabalhos da CPI do Porto de Paranaguá. Ela foi altamente prejudicada pela falta de assessoria na CPI. Todas as reivindicações que encaminhamos ao 1º Secretário não foram atendidas.

Nesta última semana, Sra. Presidente, nós decidimos fazer uma acareação entre os Srs. Xavier e o Sudaya, porque há uma grave acusação do Sudaya ao Xavier, vendendo tráfico de influência. Convidamos, inicialmente, o Sudaya e o Xavier para comparecerem à CPI. Não compareceram. Não deram satisfação. O segundo ato da CPI é intimá-los. Uma destas pessoas mora no Rio de Janeiro. Temos que enviar esta intimação em mãos, através da assessoria da CPI.

E, infelizmente para mim não é estranho, em nenhum momento - esta CPI não recebeu a atenção que merecia, pela importância que tinha, e agora nós estamos impossibilitados de intimar o Sr. Sudaya para vir na segunda-feira a esta CPI.

Por isto, imploro a V. Exa., sei que não é atribuição para este despacho, mas acredito que esta CPI merece o respeito e que nós possamos dar término à CPI, com o depoimento e a acareação desses dois intimados.

Era esta minha colocação de ordem. Faz-se ela necessária, porque tem que ser decidida neste momento, por estarmos na quarta-feira: ou intima-se até amanhã ou não haverá mais possibilidade de intimar para segunda-feira, ficando assim prorrogado novamente o término da CPI.

Eu espero que seja compreendido, mas é uma posição dos membros da CPI que eu estou colocando aqui, Sr. Presidente.

O SR. HERMAS BRANDÃO (PSDB)

Confesso a V. Exa., se a Presidente Arlete e o Deputado Neivo, que está na tribuna me permitem, de responder a V. Exa.

Confesso-lhe que eu estou estranhando o pronunciamento porque a determinação minha é de sempre dar todas as condições para que a CPI possa funcionar com ampla autoridade, com todos os assessores que precisam, e está à disposição a passagem hoje para que possamos mandar um funcionário da Casa ir ao Rio de Janeiro, com todas as despesas pagas pela Casa, para intimar o cidadão

que deve comparecer aqui na segunda-feira. Está à disposição da CPI V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Em nome dos membros da CPI eu agradeço Sr. Presidente. Sei que não seria outra a atitude de V. Exa. mas é importante que a gente traga a público as dificuldades que enfrentamos no decorrer dessa CPI.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, Deputado Valdir Rossoni, eu gostaria de passar a informação a V. Exa. em relação à CPI, que conforme acórdão do Supremo Tribunal Federal, exatamente na semana que passou, por provocação de uma empresa que - quando presidia a CPI do BANESTADO - nós pedimos a quebra do seu sigilo bancário e fiscal. A empresa não se conformava com a nossa decisão dizendo que a CPI estadual não tinha poderes da CPI Nacional. Eis, V. Exa, que o Supremo acaba de dar uma decisão unânime, portanto, gerando uma jurisprudência, aonde a CPI Estadual pode deliberar simplesmente sem solicitar à Justiça a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico, e aí, sim, certamente, um instrumento a mais que fica na mão do poder das CPI's do Estado do Paraná.

Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falando em CPI nós estamos aguardando agora o Presidente Hermas Brandão que certamente nos próximos dias vai instalar CPI do Fundo Estadual do Desenvolvimento do Estado, FDE. Então teremos aí a possibilidade de começar um trabalho sobre essa tal de caixa preta do FDE que deu tanto dinheiro a tantas empresas do Paraná, para a Renault, para a Audi, para outras, algumas talvez nem mais estejam aqui no Paraná, ou talvez tenham recebido dinheiro do Fundo de Desenvolvimento do Estado sem, talvez, merecê-lo, mas a CPI vai elucidar todos esses casos.

Sra. Presidente e Srs. Deputados, ontem nós tivemos a primeira reunião da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa, e tivemos algumas deliberações. A primeira delas foi em relação ao transporte coletivo intermunicipal. A Comissão decidiu, deliberou, por unanimidade, a requisição de todos os contratos que possam existir entre essas empresas que exploram o transporte coletivo intermunicipal, e também a fórmula que é feita para se chegar ao custo da passagem de ônibus no Estado do Paraná, porque a passagem de Curitiba a Foz do Iguaçu é mais cara de ônibus do que propriamente de avião. O regulamento existente foi feito em 1950. Portanto, de lá para cá foram criados inúmeros Municípios. Está muito confortável para todos os Governos negociar com essas empresas que monopolizam o setor. Negociações que possivelmente sejam feitas dentro de gabinetes, entre quatro paredes.

Então, faz-se necessário uma concorrência pública para que uma empresa possa concorrer com a outra e gerar melhor qualidade do transporte coletivo intermunicipal e deixar de lado essas negociações entre quatro paredes.

Sra. Presidente, a Comissão deliberou solicitar todos os contratos existentes com as empresas que operam com a COPEL, sobretudo a fórmula de cálculos a que ela chega para cobrar a energia residencial e industrial. Dentro de cinco dias teremos essas informações.

Desde quando o ICMS da energia aumentou no Estado do Paraná? Antes era 17% e depois passou para 27% certamente onerando as custas do consumidor.

Quería chamar a atenção dos Srs. Deputados sobre um decreto do Governo do Estado, que trata dos títulos que estão na Carteira de Fomento, que o Estado tem a receber e que comprou do BANESTADO com dinheiro emprestado do Governo Federal. E, por falta de equipe técnica, jurídica, o Estado está perdendo o prazo para entrar com execução judicial e, evidentemente, prejuízo para o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, também gostaria de saber da COPEL, mais precisamente da Fundação COPEL, o quanto perdeu de dinheiro em relação ao Banco Santos. Ouvimos os presidentes da Fundação COPEL, o ex e o atual, e disseram-nos que teria investido em torno de trezentos milhões de reais entre o Banco Santos e o Banco Panamericano.

Gostaríamos de ter a resposta agora, passado dois meses. Quando é que a Fundação COPEL recuperou desse dinheiro investido nesse banco pobre, desconhecido?

Sabemos que a Constituição Federal e Estadual determina que o dinheiro público tem que estar aplicado em banco público. E quando aplicado em banco privado tem que ser feito uma concorrência pública.

Pergunto ao Governo do Estado do Paraná: Por que ainda deposita dinheiro no Banco Itaú, se já podia ter mandado uma mensagem para esta Casa dizendo que vai aplicar o dinheiro em banco público? Qual a vantagem que o Banco Itaú está dando para o Estado do Paraná?

Será que o HSBC ou outro banco privado não daria mais vantagens para o Estado para que ele pudesse manusear esse orçamento de doze bilhões de reais por ano?

Por que ainda não se tem notícia sobre a privatização do BANESTADO, tendo em vista que o perito contratado por esta Casa mostrou que os dois Bancos contratados, CCF Brasil e o Banco Fator, sobretudo o CCF Brasil estavam irregular, e que foi pago um prêmio de seis milhões de reais pelo êxito da venda do BANESTADO? Que êxito?

Nós tínhamos mil e quinhentos imóveis pertencentes ao nosso saudoso Banco do Estado, orgulho do povo do Paraná, o sétimo Banco público do País em 1990.

Certamente, nós estamos aguardando, por isso eu solicito que seja colocado nos Anais da Casa o parecer do perito, para que fique para história do Estado, mostrando

de que maneira foram contratados esses dois Bancos para avaliar, com engenheiros mecânicos avaliando prédios e fazendas.

Dinheiro conquistado com o suor do povo do Paraná entregue por uma verdadeira mixaria que só de tributo o Estado poderia ter esse um bilhão e seiscentos recuperados. Nós estamos, efetivamente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos colocar o dedo na ferida, precisamos atuar com eficiência.

Ontem, recebemos o Procurador do Estado, Sr. Luiz Henrique Bonaterra. Uma pena que tivesse ocupado grande parte do seu precioso tempo para informar as suas denúncias, mostrando a sua habilidade técnica, a sua vocação para o mundo jurídico, para historiar e falar de grandes juristas do País e do Mundo, quando deveria ter aproveitado mais o tempo para ser diretamente claro, para explicar, Srs. Deputados, o que queria explicar.

Na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa por determinação do Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, vamos solicitar todos os documentos que o Procurador trouxe, vamos analisar as notas taquigráficas e vamos, se necessário for, reconvocá-lo, mas, na Comissão, para que daí, de uma forma mais precisa, direta e objetiva possa elucidar algumas dúvidas que esta Comissão possa ter.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado? Agradeço.

Deputado, V. Exa. é um dos grandes conhecedores dessa venda que prejudicou o Estado do Paraná, do Banco do Estado ao Banco Itaú. V. Exa. conhece com profundidade porque foi o relator da CPI do BANESTADO, juntamente com nosso companheiro Mário Sérgio Bradock. Existe, na verdade, vontade do Governo em retirar do Banco Itaú as suas contas, mas tem um compromisso contratual; acho que V. Exa. é conhecedor, do Governo anterior, com Banco Itaú.

Também sou totalmente contrário, Deputado Neivo, à permanência dos recursos do Estado nesse banco, porque o Banco Itaú, logicamente, aproveitou-se com a irresponsabilidade do Governo passado em vender o BANESTADO, o Banco que era a relíquia do nosso Estado do Paraná, que tantos benefícios trouxe ao Paraná e hoje está nas mãos do Banco Itaú.

Em função desse compromisso contratual, o Governo não conseguiu retirar as contas e eu já falei para o Governador Requião várias vezes: temos que retirar os depósitos do Banco Itaú e passar para outro Banco, porque o Itaú, realmente, através da benevolência do Governo passado, hoje está com essa mamata, que era o nosso BANESTADO.

Obrigado, Deputado!

#### **O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Agradeço, a V. Exa. o aparte e apoio ao meu pronunciamento, mas devo dizer que, quando o BANESTADO foi vendido, foi vendida a exclusividade do Banco



Itaú por cinco anos. Já se passaram cinco anos, e eu, na condição de Presidente da CPI do BANESTADO estadual, juntamente com os demais membros, convocamos o Presidente do Banco Itaú, Sr. Roberto Setúbal, ele veio aqui e perguntamos: “quanto é que o senhor pagou para o Governo do Paraná para renovar por mais cinco anos essa exclusividade?” Ele respondeu, rapidamente, dizendo: “não me lembro se foi cem milhões, noveta milhões, oitenta milhões”. Foi perguntado: “mas em que conta o senhor depositou esse dinheiro?” Aí ele, simplesmente, não soube dizer.

Então, com a malícia e a experiência do Delegado Bradock, ele fez a pergunta: Mas, o senhor não pegou sequer um recibinho para ter cinco anos de exclusividade no dinheiro, de doze bilhões de reais?

E nós, essa CPI do BANESTADO que presidi honrosamente com mais dez membros, aprovamos aqui o fim da exclusividade dos depósitos do Banco Itaú. Eis que a Federação dos Bancos ingressou no Supremo Tribunal Federal que disse: Há vício de origem. Não pode o Poder Legislativo determinar ao Poder Executivo que aplique o dinheiro aqui ou acolá.

Mas, veja: se está na Constituição que tem que ser num banco público e o Governador Requião sancionou essa lei, então quando caiu no Supremo porque há vício de origem - cabe ao Poder Executivo Estadual que mande essa mensagem igual.

O que não podemos aceitar é, que o Sr. Roberto Setúbal volte ao Paraná logo após a CPI e que altos diretores do próprio Banco circulem livremente dentro deste Estado e nós que presidíamos uma CPI com dignidade, com honradez, ficamos apenas assistindo a chegada e a saída desses fortes grupos econômicos, sobretudo os Bancos! E o Paraná não pode ser assim com o Governador Requião!

Tenho certeza que o Governador Requião, ao retornar da China, vai tomar uma atitude em relação a isso. Não podemos esperar outra posição do nosso Governador, porque os cinco anos já se passaram. O Banco Itaú ganhou um presente do Paraná e o povo do Estado como herança, paga uma prestação de cinquenta milhões de reais por mês, corrigida todos os meses, sendo que a última prestação, Deputado Vanhoni, vencerá em março de 2029!

Eis a tabela SELIC: caso o Estado não pague a prestação mensal oriunda do empréstimo para saneamento do Banco, certamente virá descontado no repasse-estado. Então, cinquenta milhões de reais por mês, Deputado Stica, representa dinheiro suficiente para comprarmos 3.500 carros populares para servir à saúde, à educação, à segurança.

Concedo com muito prazer aparte ao ilustre Deputado Vanhoni.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Em primeiro lugar quero parabenizar o Deputado Neivo Beraldin por mais uma vez trazer à cena do debate

público o processo de privatização do Banco do Estado do Paraná.

V. Exa. esteve à frente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as irregularidades e todos nós sabemos o quanto foi lesivo à nossa economia a extinção do Banco, a sua privatização e a forma como foi feito o processo de privatização.

Na época os arautos do processo de privatização do Governo Jaime Lerner defendiam que era inevitável, imprescindível a privatização do Banco do Estado, que os bancos estaduais eram Bancos que estavam drenando os recursos da República em todas as Unidades da Federação. E davam os exemplos dos Bancos estaduais como todos nós presenciamos, com muita irregularidade em vários pontos do País que foram privatizados. Um desses Bancos não foi privatizado e tinha uma dívida, na mesma época que o Banco do Estado foi privatizado, uma dívida perto de cinquenta milhões, superior à do BANESTADO. É o BANRISUL, do Rio Grande do Sul.

A revista Exame, do mês passado, soltou o balanço porque agora estão sendo publicados os balanços dos Bancos, Banco Bradesco, Banco Itaú - aliás é o Banco que teve a maior lucratividade nos últimos vinte anos, de todo o sistema financeiro, e o ranking dos Bancos que estão numa posição privilegiada do ponto de vista do seu patrimônio líquido.

Veja só que ironia da história. O BANRISUL, Banco que estava com cinquenta milhões de reais na época, acima da dívida no mercado financeiro, no interbancário, o nosso Banco do Estado estava. Hoje está entre o sétimo e o décimo Banco em lucratividade do Brasil. Não drenou os recursos para o Rio Grande do Sul. Não teve que fazer empréstimos da União, que não teve que arcar com recursos. Mas, ainda, não fez isso que V. Exa. alerta com toda a razão: cinquenta milhões por mês dão um total - são dez meses - de seiscentos milhões/ano!

V. Exa. é um Deputado atuante e sabe que o custo das seis universidades estaduais que temos no Paraná, para preparar os jovens, profissionalizando, dando competência técnica, custa ao Estado do Paraná 530 milhões/ano! Todo ano durante 26 anos estamos pagando por causa da irresponsabilidade do governo anterior!

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Trinta.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Durante trinta anos, mas já correram quatro, cinco anos, que estamos pagando um sistema de ensino inteiro público superior no Estado do Paraná!

Parabéns! Só queria contribuir com o seu debate, mais uma vez alertando aos Srs. Deputados e à população do que aconteceu e do que não pode continuar acontecendo ainda com o passivo do Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

## O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa., sendo muito oportunas as suas palavras, mas eu devo, Deputado Vanhoni, fazer uma consideração fatal. Primeiro, Lerner assumiu o Governo em 95 e escreveu uma carta confidencial ao Banco Central dizendo: o Banco do Estado é sólido e tem 303 milhões de patrimônio líquido. Em 98, o Banco Central escreveu, conforme auditoria que tivemos acesso, porque quebramos o sigilo também das auditorias do Banco do Estado, o Banco do Estado tem 2,8 bilhões de passivo a descoberto, portanto, não tem dinheiro para honrar os seus depósitos. A função do Banco Central é de agente regulador do sistema financeiro nacional.

O que deveria ter feito o Banco Central? Decretado a intervenção e tornado o Banco como patrimônio da Federação e não teríamos essa dívida a pagar! O que fizeram? Simplesmente o Governo preferiu, na época, contrair um empréstimo de 5,6 bilhões e socializou o prejuízo para o povo do Paraná! Os mais pobres estão pagando essa conta, porque falta saúde, educação e segurança. É sempre o mais pobre que precisa do governo!

Houve omissão do Banco Central, que tem que ser responsabilizado! A Procuradoria do Estado do Paraná tem todos os elementos para associar a União Federal e por conseguinte o Banco Central, para que devolva esse dinheiro ao povo do Paraná. Também tem que acionar a Caixa Econômica Federal, porque ela cobrou juros acima de mercado, quando o BANESTADO ia a redesconto para resolver o seu problema contábil!

Srs. Deputados, não me canso e não vou me calar enquanto não conhecer uma ação mais concreta em relação a esse assunto, ao módulo da CC5, remessa de dinheiro para o exterior - algumas pessoas foram condenadas, outras estão presas e outras estão indiciadas.

Mesmo o ex-Governador Jaime Lerner, através de uma ação do Ministério Público Estadual, logrou êxito e conseguiu a indisponibilidade dos seus bens, sobretudo porque em 1998, de junho a outubro, gastou 36 milhões de dólares em publicidade e propaganda!

Deputados, 36 milhões de dólares em publicidade e propaganda em quatro meses, ultrapassa o valor de 140 milhões de reais! Vamos imaginar o que são 140 milhões de reais. É muito dinheiro!

Essas indagações e essas respostas sobre o nosso trabalho da CPI do BANESTADO, o nosso relatório, elaborado pelo eminente Deputado Bradock e demais membros, está à disposição no nosso site. Procurem no nosso site a informação sobre o módulo CC5, que começou em 1993 pelo então Gerente Eraldo. Mostrando o *modus operandis* da CC5.

Aí, criamos o módulo da privatização, sobre seus equívocos. Depois, criamos o módulo do saneamento e criamos o módulo da quebra do Banco, porque quebrou. Quebrou, porque deram dinheiro para quem não tinha garantia; quebrou, porque liberaram dinheiro, para que V. Exas. tenham idéia, na agência do BANESTADO em Grand Cayman, sem a pessoa sequer assinar a ficha! A

BANESTADO Leasing apresentou um prejuízo de 840 milhões de reais. A BANESTADO Corretora apresentou um prejuízo de 312 milhões de reais. Havia Diretores da BANESTADO Corretora que acumulavam cargo público na Corretora BANESTADO, com a sua corretora particular! Foi através dessa corretora que se comprou os títulos podres de Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, Maranhão, Alagoas, que nos deve 170 milhões de reais e que o Estado pode emitir um boleto bancário e receber amanhã!

Sobre isso, encaminhamos ainda ontem todo o trabalho realizado sobre a tal empresa que intermediou os negócios do Estado do Paraná sobre os títulos Paraná/Alagoas, onde havia sido celebrado um contrato, onde o Paraná dava doze anos de carência para que Alagoas pagasse o Estado. Simplesmente o Tesouro Nacional escreveu uma correspondência para esta Casa dizendo que é nulo, porque não pode, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, promover entendimento entre Estados!

Então, é hora de cobrarmos! Com a palavra, o Procurador do Estado.

Então, essas questões nos causam uma certa indignação e temos que começar a tratar dos grandes assuntos do Estado, porque são nos grandes assuntos que vamos resolver o problema que atinge a todos nós na questão da segurança pública, saúde, educação, melhoria da qualidade de vida, emprego. Precisamos, enquanto primeiro dos três Poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário - estamos em primeiro lugar, mas precisamos exercer essa função cem por cento em primeiro lugar, indagando, quando necessário, o Executivo, enquadrando-o, porque nós representamos o povo e temos que acabar com a impunidade. E aí, com a palavra, também, o nosso Judiciário brasileiro, porque se esses crimes aconteceram, se a população tem que pagar essa conta, se o Banco do Estado quebrou porque foi dado dinheiro para quem não tinha para pagar, porque receberam precatórios que não existem. E criou-se também no Estado uma banca de precatórios.

Acho que precatório poderia servir para pagar conta. Precatário que seja de propriedade de uma pessoa que deve para o Estado, mas não esse mercado de precatório de terceiros para abater dívida com o FDE.

Se imaginarmos assim, a Renault vai comprar os precatórios da C. R. Almeida e vai nos devolver em papel podre o dinheiro que recebeu em dinheiro vivo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

## Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Passamos ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PPS; PDT.

(Declinam)

PFL. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

## ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos uma rodovia federal que cruza de Norte a Sul o País e que se chama BR-153, a rodovia Transbrasiliana. É uma rodovia com a extensão de 3.569 quilômetros, mas o trecho dessa rodovia que liga os Municípios de Ventania/Tibagi/Ipiranga é um trecho que até hoje não foi pavimentado.

Tivemos na década de 90, no ano de 1988, uma licitação pública feita ainda pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, onde o trecho de Ventania a Tibagi recebeu do Governo Federal a autorização para a pavimentação desse trecho. As obras iniciaram, a terraplanagem desse trecho foi feita, a pavimentação foi feita em uma parte dessa rodovia, e infelizmente, por falta de pagamento do Governo Federal, essa obra acabou ficando parada do final da década de 90 até os dias de hoje. Tivemos a grata satisfação, na última semana, de ver a indicação para Ministro do Planejamento, o paranaense, Deputado Federal, Paulo Bernardo, que prontamente abriu as portas daquele Ministério para as reivindicações do nosso Estado e sinalizou para os Municípios que essa rodovia corta a vontade de conversar para que pudesse, desta forma, abrir novamente uma frente para que novas licitações públicas pudessem ali ser feitas e essa obra realizada.

No dia de ontem tivemos e tomamos a liberdade de conversar com o Deputado-Ministro Paulo Bernardo para que ele marcasse uma audiência para os Prefeitos dos Municípios da região dos Campos Gerais, para que, junto com as demais lideranças, pudesse discutir em Brasília a possibilidade do retorno dessas obras e a licitação de trechos que não têm mais validade.

Então, no dia 18 do próximo mês, estaremos com todos os Prefeitos dos Campos Gerais no Ministério do Planejamento em uma audiência com o Ministro Paulo Bernardo, discutindo a retomada das obras dessa importante rodovia, rodovia essa, repito, que falta só ser pavimentado um trecho de 83 quilômetros que corta o nosso Estado do Paraná e que infelizmente os últimos Governos que passaram não tiveram a iniciativa de fazer com que essa pavimentação pudesse se tornar realidade. Mais uma opção ligando o Norte ao Sul do País.

A partir do momento que essas obras forem concluídas, executadas, teremos aí uma nova alternativa de rodovias para escoar a safra do nosso Brasil.

Esperamos que no dia 18 a nossa região dos Campos Gerais possa ter o anúncio de que o Governo Federal vai executar e terminar a pavimentação dessa importante rodovia, que vai trazer diretamente um grande benefício ao nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PSDB; PMDB; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(**Todas declinam**)

Há um requerimento da Deputada Cida Borghetti requerendo a antecipação da Sessão Ordinária do dia 31 de março, quinta-feira, para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

### ***Ordem do Dia:***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente:***

Sobre a mesa, Indicação nº 007/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica do trecho da sede do Município de Cantagalo ao terminal de calcário, passando pelo entroncamento da PR-364. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 008/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a ligação asfáltica do trecho que liga os Municípios de Pinhão e Candóí, via Cooperativa Agrária e Águas de Santa Clara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 551, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando aprovação do Plenário para afastar-se nos dias 08 e 09 de abril do corrente ano, por motivo de viagem à cidade de Natal - RN, como representante desta Casa de Leis, para tratar de assuntos junto ao Poder Legislativo daquele Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 629, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando autorização para viagem a Brasília, dos dias 11 a 15 de abril do corrente ano, para tratar de assuntos relativos à Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 606, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 31 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de hoje (quarta-feira). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 018/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83/98 - Região Metropolitana de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 600/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego, no Estado. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 80/2003, de 07/10/2003).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 600/2003**

### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

Projeto de lei de iniciativa da ilustre Deputada Cida Borghetti, que propõe seja instituído, no Estado do Paraná, um selo para as empresas que contratarem jovens de idade entre 16 e 24 anos, sem experiência profissional anterior, por um período mínimo de um ano.

Denomina a referida distinção de “Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego”, e o classifica em três categorias: o primeiro, chamado Empresa Parceira, para a pessoa jurídica que destinar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de suas vagas para jovens sem experiência profissional, mediante o recebimento de isenção ou crédito fiscal do Governo Federal ou Estadual, na forma estabelecida em legislação própria já existente ou que ainda venha ser instituída; o segundo chamado Empresa Consciente, para aquelas que da mesma forma da anterior destinarem a mesma quantia de vagas para jovens sem experiência profissional, porém sem qualquer contrapartida governamental e, finalmente, o terceiro selo, chamado Empresa Responsável, para aquelas que destinam, no mínimo 10% (dez por cento) de suas vagas, para portadores de deficiência, egressos do sistema penal ou sob supervisão do Judiciário Estadual e de centro de recuperação.

#### **Voto de Relator e Fundamentação**

Propor lei estadual que visa instituir, no âmbito do Estado, um selo para as empresas, sejam públicas, sejam privadas, que através de prática de concessão de emprego para jovens sem experiência profissional ou ainda pessoas normalmente marginalizadas no campo do trabalho, concretizem programas governamentais de incentivo ao primeiro emprego ou reinserção ao mercado de trabalho, não encontra qualquer impedimento de ordem legal, sendo prerrogativa de Parlamentares Estaduais.

A única exigência refere-se à compatibilidade orçamentária de eventual despesa criada com a iniciativa proposta, embora esta não seja significativa. No entanto, sendo competência do Executivo normalizar o detalhamento da lei (regulamentar), também cabe à Administração indicar, ou ainda incluir, no Orçamento do Estado a dotação para eventuais despesas que decorram da efetiva execução desta ação, que, por óbvio, somente será aplicada após esta iniciativa governamental.

Assim, não vislumbramos razão de ordem formal para justificar a não apreciação do mérito da proposta nas comissões.

#### **Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 600/2003, de iniciativa da Deputada Cida Borghetti, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade da iniciativa.

Sala das Comissões, em 23.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 600/2003

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente projeto de lei de iniciativa da Deputada Cida Borghetti, propõe que seja instituído, no Estado do Paraná, um selo para as empresas que contratarem jovens de idade entre 16 e 24 anos, sem experiência profissional anterior, por um período mínimo de um ano.

Denomina a referida distinção de “Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego”, e o classifica em três categorias: o primeiro, chamado Empresa Privada, para a pessoa jurídica que destinar, no mínimo, 20% (vinte por cento) de suas vagas para jovens sem experiência profissional, mediante o recebimento de isenção ou crédito fiscal do Governo Federal ou Estadual, na forma estabelecida em legislação própria já existente ou que ainda venha ser instituída; o segundo chamado Empresa Consciente, para aquelas que da mesma forma da anterior destinarem a mesma quantia de vagas, porém sem qualquer contrapartida governamental e, finalmente, o terceiro selo, chamado Empresa Responsável, para aquelas que destinam, no mínimo 10% (dez por cento) de suas vagas, para portadores de deficiência, egressos do sistema penal ou sob supervisão do Judiciário Estadual e de centro de recuperação.

**Voto do Relator e Fundamentação**

O referido projeto de lei tem por objetivo instituir no âmbito Estadual, um selo para empresas públicas e privadas, projeto este sem dúvida vem ao encontro de programas do Governo como por exemplo o Primeiro Emprego, bem como reinserção ao mercado de trabalho, sem dúvida a proposta da ilustre Deputada Cida Borghetti, irá beneficiar aos jovens de nosso Estado.

**Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 600/2003, de iniciativa da Deputada Cida Borghetti, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 28.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
NELSON GARCIA - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que determina o povoamento, com a distribuição de alevinos, nos rios que cortam o território paranaense, durante o período de proibição da pesca. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2004, de 08/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 239/2004

P A R E C E R :

**Relatório**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, que propõe, mediante lei ordinária, determinar

o povoamento dos rios paranaenses, com a distribuição de alevinos, durante o período de proibição de pesca.

O texto estabelece que a produção e a distribuição de alevinos será coordenada pelo Instituto Ambiental do Paraná, podendo este firmar convênios com as universidades instaladas no Paraná e que tenham projetos de aquíicultura e pesca.

Ainda impõe ao Governo do Estado promover concurso público destinado à escolha de projetos viáveis para a recuperação dos rios paranaenses, e que as despesas na execução deste projeto correrão à conta de dotações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

**Voto do Relator e Fundamentação**

A presente proposição é muito parecida ao Projeto de Lei nº 154/2004, apresentado pelo ilustre Deputado Luiz Accorsi, o qual este mesmo Parlamentar relatou nesta Comissão de Constituição e Justiça, onde apresentamos parecer contrário, o qual ao final restou aprovado, com o arquivamento desta iniciativa.

No entanto, aquele projeto de lei era meramente autorizativo para que o Governo do Estado promovesse o processo de alevinagem dos rios paranaenses. E a rejeição fundamentou-se na desnecessidade do Executivo ter esta “autorização” do Legislativo, uma vez que tratava-se de um Programa de Governo, propondo que fosse apresentado em forma de Indicação Legislativa. Após o início da tramitação do projeto de lei ora em exame, a própria autoria encaminhou pedido de alteração no texto do artigo primeiro, a ser apresentado nesta Comissão Permanente em forma de substitutivo, na forma proposta pelo Instituto Ambiental do Paraná, o qual fora consultado pela própria proponente.

O novo texto proposto dispõe que as atividades de repovoamento de peixes nos recursos hídricos naturais do território paranaense serão licenciados pelo Instituto Ambiental do Paraná, e que este repovoamento será realizado exclusivamente com espécies nativas (autóctones) da bacia hidrográfica objeto do licenciamento. Propõe a manutenção da redação dos demais artigos.

Assim, entendemos que a matéria comporta ordenação legislativa, deixando assim de ser uma mera, e inócua, autorização de programa governamental, para tornar-se uma norma, a ser observada pelo Executivo.

Acatamos a alteração proposta pela própria autora, advinda originalmente de técnicos do Instituto Ambiental do Estado do Paraná, qual seja, a de que o processo de repovoamento de peixes nos recursos hídricos naturais do território paranaense exige licenciamento a ser concedido pelo Estado, através de seu órgão competente, devendo ser observada a garantia da manutenção das espécies nativas.

No entanto, introduzimos outras alterações de texto no substitutivo ora proposto, pois entendemos não competir a este Poder fixar atribuições a órgãos do Executivo, como o Instituto Ambiental do Paraná e a própria Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, nos termos do artigo 66, inciso IV, da Consti-

tuição Estadual do Paraná, além de não ser de boa técnica legislativa estabelecer no texto de leis ordinárias, normas de órgãos do Executivo, que são passíveis de alteração de denominação e estrutura, o que ensejaria sempre em alteração de todas as leis que contenham denominação destes organismos administrativos. Mais correto é sempre fazer constar o Executivo, através de seus órgãos competentes, e este, através de ato administrativo, regulamentar a norma, atribuindo à Secretaria ou outra estrutura governamental as funções necessárias para o devido cumprimento das ações propostas pelo ato legislativo.

Desta forma, reiteramos do texto toda menção ao IAP e à SEMA, bem como onde consta Governo do Estado, para Executivo, e através de seus órgãos competentes, quando for o caso, Substituímos ainda a entrada em vigor da lei na data de sua publicação, pela sua regulamentação por parte do Executivo, deixando de ser auto-aplicável.

#### **Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 239/2004, por ser formalmente admissível a proposição em exame, porém na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 239/2004**

Art. 1º A atividade de povoamento e repovoamento de peixes nos recursos hídricos naturais do território paranaense será feito mediante prévio licenciamento ambiental.

Parágrafo Único. É proibida a utilização de espécies exóticas e/ou espécies não originárias da bacia hidrográfica objeto de licenciamento, efetuando-se a recomposição da fauna com espécies nativas (autóctones).

Art. 2º O Executivo determinará a promoção de concurso público destinado à escolha de projetos viáveis para a recuperação dos rios parananenses.

Parágrafo Único. Para execução desta atividade, o executivo firmará convênios com as universidades do Paraná e que tenham projetos de aquicultura e pesca.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias definidas pelo Poder Executivo.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 239/2004**

**P A R E C E R :**

#### **Histórico**

Projeto de Lei nº 239/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, determina o povoamento com a distribuição de alevinos nos rios que cortam o território paranaense durante o período de proibição de pesca.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, tendo recebido parecer favorável da Comissão e Constituição e Justiça.

Com relação ao mérito, o projeto está de acordo com a Lei Orçamentária, tendo em vista o contido no artigo 4º que dispõe que as despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Todavia, entendemos que deva ser fixado para o Estado regulamentar a lei, a fim que esta possa surtir seus efeitos perante a sociedade.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma de emenda modificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 29.03.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Elio Rusch e Ailton Araújo.

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 04/2005, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. DA nº 009/2005 de 07.03.2005 - Mens. com Emenda Aditiva da CF)

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 65/2005**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei deriva-se da Mensagem nº 004/2005, do Chefe do Poder Executivo Estadual e propõe a mudança da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, restando esta integralmente revogada e substituída pela presente proposição. Trata-se do diploma legal que fixa o quadro efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A Lei 7.047 já sofreu quatro alterações, introduzidas pelas Leis nº 10.956, nº 11.120, nº 12.975 e nº 13.428, sempre majorando o quadro da Polícia Militar do Estado do Paraná.

De fato, a atual proposta amplia o efetivo em apenas mais 83 (oitenta e três) policiais militares, mas indispensável para a instalação de mais um Batalhão da

Polícia Militar, o 19º com sede na cidade de Toledo-PR, bem como de mais uma Companhia Independente, com sede na cidade de Telêmaco Borba, criados pelo Decreto nº 2.834, de 22 de abril de 2004.

O mencionado Decreto também introduziu na estrutura da Segurança Pública do Estado as Áreas Integradas de Segurança Pública, que tem como objetivo fazer coincidir as áreas de atuação territorial da Polícia Militar com a Polícia Civil.

#### **Voto do Relator e sua Fundamentação**

A competência para estabelecer o quadro de pessoal de servidores públicos estaduais, civis e militares, é do Chefe do Executivo Estadual, através de lei ordinária a ser apreciado por esta Casa de Leis. Logo, a iniciativa está em harmonia com o processo legislativo.

A questão ainda a ser apreciada por esta Comissão é quanto à comprovação do impacto financeiro da proposição. A justificativa encaminhada pela Administração Estadual, e que acompanha a Mensagem Governamental, informa que o impacto é de apenas 0,1% (zero vírgula um por cento) da Folha Geral da Corporação e o próprio texto do projeto estabelece que o aumento de efetivo far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Apenas um aspecto formal merece, ao nosso ver, um pequeno reparo, tento em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95, em redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, e que impõe e enumeração expressa da lei ou disposição legal revogada.

A redação da Mensagem Governamental em seu artigo 4º, dispõe que “Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978 e demais disposições em contrário”.

Entendemos que o referido artigo deverá sofrer emenda, da espécie modificativa de redação com o seguinte texto: “Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as Leis nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, nº 11.120, de 30 de junho de 1995, e a nº 13.428, de 7 de janeiro de 2002, bem como o artigo 2º da Lei nº 10.956, de 15 de dezembro de 1994 e o artigo 6º da Lei nº 12.975 de 20 de novembro de 2000”.

#### **Conclusão**

Destarte, somos de parecer favorável à proposição da Mensagem Governamental que objetiva fixar novo Quadro Efetivo da Polícia Militar no Estado do Paraná, com a modificação acima mencionada, resultando no substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 09.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR  
PROJETO DE LEI Nº 65/2005

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.166 (vinte mil, cento e sessenta e seis) policiais militares.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral.

Parágrafo Único - O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante a Oficial até o limite de 160 (cento e sessenta) e o de Aluno Oficial até o limite de 150 (cento e cinquenta).

Art. 3º O aumento de efetivo decorrente desta lei far-se-á progressivamente, através de inclusões ou nomeações autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, nº 11.120, de 30 de junho de 1995 e a nº 13.428 de 7 de janeiro de 2002, bem como o artigo 2º da Lei nº 10.956, de 15 de dezembro de 1994 e o artigo 6º da Lei nº 12.975, de 20 de novembro de 2000.

Sala das Comissões, em 09.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 065/2005

#### **P A R E C E R :**

O plano de lei em exame é oriundo do Poder Executivo através da Mensagem Governamental nº 004/2005 e objetiva a fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná em 20.166 (vinte mil cento e sessenta e seis) policiais, distribuídos pelos postos e graduações na forma em que especifica.

Procedida a análise da proposição, nada encontramos que possa objetivamente obstar a sua normal tramitação processual, cumprindo a esta Comissão de Finanças manifestar o regozijo pela iniciativa, pois tal ação vem ao encontro das aspirações populares, não importando em grande aporte de recursos ao tesouro do Estado.

Em sendo assim, manifestamos nosso parecer favorável à proposição, incluso emenda de autoria desta Comissão, constante em apenso.

É o parecer.

Salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA ADITIVA  
PROJETO DE LEI Nº 056/2005

Inclua-se onde couber:

“Art.... Será destinado ao Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon o número e contin-

gente necessário para fins de efetivação dos objetivos da Lei Estadual nº 12.066, de 04 de fevereiro de 1.998.”

Sala das Comissões, em 29.03.2005.

(a) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

Apoio: Ailton Araújo.

### Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Chamada Nominal.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Solicitamos ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Francisco Bühner**)

Faz chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Retiro, Sra. Presidente, a verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está em votação o Item 4.

**Aprovado.**

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que insere Parágrafo Único ao artigo 3º da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363 de 28 de abril de 2004 - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (**Publ. DA nº 013/2005 de 16.03.2005**)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 110/2005

#### P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objetiva incluir parágrafo único ao artigo 3º, da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, que estabelece critérios para quitação do imposto sobre obrigações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral em anexo, acrescentando a expressão VENCIDOS aos precatórios citados no parágrafo único a ser incluído no artigo 3º da Lei nº 14.585/2004.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 110/2005

Art. 1º Fica incluído parágrafo único ao artigo 3º, da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363, de 18 de abril de 2004, que estabelece critérios para quitação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação nos casos que especifica, com a seguinte redação:

“Art. 3º....

Parágrafo Único - O contribuinte que tiver débito de ICMS decorrente de operação de importação, inscrito em dívida ativa, enquadrado ou não no disposto dos artigos anteriores, poderá efetivar, de forma integral, o pagamento ou a compensação desses débitos por meio de precatórios vencidos do Estado do Paraná, sem a incidência ou retroação de multa e de juros, desde a ocorrência do fato gerador.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 110/2005

#### P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, que objetiva incluir parágrafo único ao artigo 3º, da Lei Promulgada nº 14.585, de 22 de dezembro de 2004, que integra o texto da Lei nº 14.363, de 18 de abril de 2004, que estabelece critérios para quitação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação nos casos que especifica.

Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha o posicionamento da Constituição e Justiça que apresentou parecer favorável ao presente projeto de lei, por não encontrar nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental e por encontrar méritos indiscutíveis na proposição em tela, que proporcionará uma maior arrecadação de receita pelo Governo do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NELSON GARCIA - Relator



Sobre o referido projeto, Requerimento nº 613, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 110/2005.

## ***Discussão Única***

### **ITEM 06**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 006/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que propõe a realização, pela Secretaria de Estado da Saúde, de exames médicos nos alunos da Rede Estadual de Ensino, anualmente no início do período letivo, com vistas a prevenir a ocorrência de problemas de saúde com estudantes durante a prática de atividades esportivas e eventos recreativos. (**Publ. no DA nº 015/2005, de 22/03/2005**).

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou fazendo a indicação que está na Ordem do Dia de hoje, que visa a realização, pela Secretaria de Estado da Saúde, de exames médicos nos alunos da rede estadual de ensino que iniciam o período escolar e que ao ingressarem nas escolas públicas do Estado, eles acabam indo praticar esporte, a modalidade de educação física, e geralmente não é realizado o exame de saúde nesses jovens que acabam indo para uma cancha de esporte, para uma quadra fazer esporte e isso tem ocasionado óbitos. Jovens têm morrido ao praticarem esportes sem terem condições e aptidões físicas para tal.

Estou encaminhando. Não tenho como fazer um projeto de lei, até porque não há como fazê-lo.

Então estamos fazendo uma indicação no sentido de sensibilizar o Governo do Estado, a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Educação para a importância de se realizar esses exames no início do período escolar em toda a rede pública do Estado do Paraná, visando fazer o levantamento da saúde dos nossos estudantes.

Isso é o que chamamos de medicina preventiva, onde se faz um exame e se detecta se aquele jovem tem aptidão ou não para a prática esportiva. É um exame muito simples, que pode ser feito em parceria com as Prefeituras no Estado inteiro, pode ser feito através da Regional de Saúde nos quatro cantos do Paraná, e pode ser feito também nos hospitais públicos do Estado.

Estou encaminhando hoje essa indicação solicitando aos demais companheiros a aprovação da mesma. E ao mesmo tempo, relembando os velhos tempos, antigamente isso existia, quem é mais antigo sabe que antigamente quando você entrava nas escolas havia o exame. Era obrigatório fazer o exame de saúde; era uma das primeiras determinações para saber qual é a situação daquele estudante.

Estou aqui propondo que se volte a fazer aqueles exames que não vão encarecer o Estado e ao mesmo tempo vão evitar óbitos, como já ocorreram em várias cidades. Jovens que ao irem praticar o esporte não poderiam nem entrar na quadra, mas como são simples, pobres, nunca fizeram um exame de sangue na vida, eles não sabem se podem ou não praticar esporte e aí, quando iniciam a preparação física, fatalmente, na sequência, ou morre de infarto ou tem um problema ali.

Então essa indicação minha é muito séria, muito simples e de muita responsabilidade. Hoje todos reclamam da saúde, e o que temos que trabalhar hoje na saúde? Não é remediar depois! É a Medicina Preventiva, e essa indicação que eu estou fazendo hoje, na verdade, trata-se da Medicina Preventiva: prevenir, olhar, examinar. O médico clínico geral examina aquele aluno, aquele jovem e vamos saber se ele tem ou não condições para a prática de esportes. Isso vai diminuir os óbitos; não vamos mais ter jovens praticando esportes que não poderiam.

É nesse sentido que deixo essa indicação muito simples, mas que vem de encontro às pessoas mais humildes desse Paraná, pessoas que nunca adentraram em hospital, jovens que aparentemente são perfeitos, estão bem fisicamente, mas ninguém sabe se ele está bem internamente e é aí que mora o perigo. Por isso essa indicação é de fundamental importância na Medicina Preventiva e na prevenção dos jovens do Estado do Paraná.

Pego aos colegas, a todos os Deputados que aprovem essa indicação e que o Governo do Estado, tratando-se de algo preventivo, algo do futuro, da Medicina Preventiva moderna que se aplica neste País, que se aprove e se coloque em funcionamento nas escolas públicas, uma vez por ano, no começo do período escolar, que se faça um exame em todas as crianças para evitar que uma criança tenha uma morte súbita, morte que ninguém espera, esperando-se que ela esteja bem e não está.

É esse o pedido e espero que esta Casa aprove essa indicação, que é de fundamental importância para os jovens deste Estado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está em votação a Indicação 006/05.

**Aprovada.**

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Só para comunicar à Casa que, na condição de Presidente da Comissão Especial que investiga o dano ambiental na Baía de Paranaguá/navio Vicuña, amanhã às dez horas, a Comissão terá mais uma audiência pública na APPA de Paranaguá, e para tal estamos convocando os membros: Deputados Artagão Júnior, Ailton Araújo, Natálio Stica, Waldir Leite, para que possamos ter mais uma audiência, para sabermos do operador, da seguradora, enfim, dos envolvidos, como vão tratar a questão da recuperação da Baía de Paranaguá e sobretudo ressarcir

os danos causados à natureza e também ao comércio do litoral e ao povo do Paraná.

Esperamos que essa audiência possa ser objetiva, para que essa operadora, a Ultragás, essas seguradoras possam oferecer recursos, para que de forma imediata, o litoral do Paraná tenha a sua compensação.

Quem quiser acompanhar o Serviço de Taquigrafia e também os senhores membros Deputados e assessores, sairá uma van daqui às oito horas da manhã e às dez horas em ponto estaremos em mais uma audiência pública na APPA de Paranaguá para tratar do acidente do navio Vicuña.

Era essa a comunicação.

## Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 529 e 530, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 532 a 550, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 555 e 556, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 557, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 559 a 561, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 562 e 563, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 565, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 566, 607 e 622, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 567, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 573 a 578, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 579 e 580 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 605, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 552, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 553, 554 e 627, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 617, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 611, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 614 e 615, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 618 a 620, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 624, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Ademar Traiano, Elio Rusch, José Domingos Scarpellini e Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 625, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 628, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença do nosso companheiro Márcio Bogas, Prefeito de Cafezal do Sul.

Foi eleito Vice-Prefeito junto com o nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores, Claudionor, que faleceu drasticamente, vítima de um acidente. Hoje o Márcio Bogaz assumiu a Prefeitura de Cafezal e visita a nossa Casa.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Seja bem-vindo à nossa Casa.

Requerimento n° 623, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, José Domingos Scarpellini, Durval Amaral, Elio Rusch, Ademar Traiano e Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Nós não só aprovamos esse requerimento, como gostaríamos de ampliá-lo, convidando o Procurador Geral do Estado para vir a esta Casa, para dar esclarecimento sobre o mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Explicações Pessoais:***

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho para fazer um comunicado sobre a convocação do Sr. Secretário de Segurança, Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari.

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Consumidor convoca, com base no artigo 54, inciso 33, o Secretário de Segurança, para vir à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no dia 06 de abril próximo, às 10h. Não é convite. É convocação mesmo! Convocação com base na Constituição Estadual, artigo 54, inciso 33, para vir dar explicações sobre superlotação de cadeias, alimentação precária, maus tratos e condições desumanas e existência de menores presos nas cadeias públicas do Paraná.

Esta convocação foi feita. Eu levei-a ao Sr. Secretário, agora às dezesseis horas, que recebeu e colocou seu “ciente” em 30.03.2005.

Portanto, Sr. Presidente Hermas Brandão, com a permissão da Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar o plenarinho da Assembléia Legislativa para o dia 06, às dez horas, com o Serviço de Taquigrafia e todo o apoio necessário para podermos receber aqui, e sabatinar o Sr.

Secretário de Estado, que deverá dar as explicações devidas a esta Casa, à Comissão de Direitos Humanos e principalmente, ao povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero dizer que somos favoráveis. Democracia é isto. Acho que o Secretário virá a esta Casa, somos favoráveis e temos certeza que dará as explicações que o nobre Deputado precisa, na sua Comissão.

Pediremos ao Secretário que venha o mais breve possível.

### ***Ordem do Dia da Próxima Sessão:***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 012 e 072/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 600/2003, 239/2004 e 065/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 309, 381 e 414/2004; 014, 016, 036, 059 e 104/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 003/2005.

Levanta-se a Sessão.